

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2023



Presidente Prudente, 12 de março de 2023 - A Administração da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Sul-Sudeste”, “ESS” ou “Companhia”) apresenta os resultados do quarto trimestre (4T23) e exercício de 2023. As demonstrações financeiras trimestrais intermediárias a seguir foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. Considerações gerais

A Companhia atende:



871 mil
clientes cativos



426
clientes livres



1,8 milhão de
habitantes



32.405
Km²



1.326
colaboradores (*)
1.028 próprios e
298 terceirizados



82
municípios

(*) Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção.

No final do exercício, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2023	2022	Variação
Subestações - nº	106	99	7
Capacidade instalada nas subestações - MVA	2.655	2.655	-
Linhas de transmissão - km	2.908	571	2.337
Redes de distribuição - km	102.287	33.676	68.611
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	86.691	50.815	35.876
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	1.914	1.914	-

Nota: Alguns dados são provisórios passíveis de ajustes de inventário e contagem.

2. Desempenho econômico-financeiro

2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos períodos:

Desempenho econômico-financeiro						
Resultados - R\$ milhões						
Descrição	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Receita operacional líquida	605,5	555,5	+ 9,0	2.242,3	2.031,2	+ 10,4
Receita operacional líquida, sem receita de construção ⁽¹⁾	531,1	504,2	+ 5,3	1.987,0	1.838,7	+ 8,1
Margem bruta	184,9	163,6	+ 13,0	676,6	566,6	+ 19,4
Margem bruta ajustada ⁽²⁾	182,8	161,2	+ 13,4	668,3	558,4	+ 19,7
EBITDA ajustado recorrente ⁽³⁾	97,9	78,8	+ 24,3	391,2	314,6	+ 24,3
Resultado financeiro	(44,8)	(23,2)	+ 92,8	(114,8)	(64,8)	+ 77,1
Lucro líquido ajustado recorrente ⁽⁴⁾	20,0	28,1	- 28,9	133,1	125,1	+ 6,4
Indicadores operacionais						
Número de consumidores cativos (mil)	871,0	855,9	+ 1,8	871,0	855,9	+ 1,8
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽⁵⁾	874,7	787,5	+ 11,1	3.152,7	3.151,8	+ 0,0
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) ⁽⁵⁾	1.261,5	1.129,3	+ 11,7	4.624,1	4.482,2	+ 3,2
Indicadores Relativo						
EBITDA ajustado/Receita líquida (%)	16,2	14,2	+ 2,0 p.p.	17,4	15,5	+ 2,0 p.p.
Indicadores financeiros - R\$ milhões						
	2023	2022	Var. %			
Ativo total	2.927,7	2.748,9	+ 6,5			
Caixa / equivalentes de caixa / aplicações financeiras	244,0	255,0	- 4,3			
Patrimônio líquido	597,0	541,2	+ 10,3			
Endividamento líquido	1.133,2	910,8	+ 24,4			

(1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura. | (2) Margem bruta ajustada expurga o efeito do VNR | (3) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR. | (4) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR. | (5) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

3. Receita operacional

No 4T23, a receita operacional líquida, deduzida da receita de construção, cresceu 5,3% (R\$ 26,9 milhões) no trimestre, para R\$ 531,1 milhões.

A receita operacional líquida do período está influenciada, em parte, pela atualização financeira do VNR no valor positivo de R\$ 2,1 milhões. Desta forma, a receita operacional líquida sem receita de construção e sem VNR, no 4T23, foi de R\$ 529,0 milhões, 5,4% (R\$ 27,2 milhões) maior do que o mesmo período de 2022.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	710,0	557,8	+ 27,3	2.398,5	2.364,5	+ 1,4
✓ Residencial	377,0	278,0	+ 35,6	1.227,4	1.184,4	+ 3,6
✓ Industrial	46,9	43,1	+ 8,9	179,0	187,0	- 4,3
✓ Comercial	148,3	123,4	+ 20,2	514,8	519,3	- 0,9
✓ Rural	54,8	46,8	+ 17,1	191,4	196,3	- 2,5
✓ Outras classes	83,0	66,6	+ 24,6	285,9	277,4	+ 3,0
(+) Suprimento de energia elétrica	(1,6)	13,4	-	25,5	55,5	- 54,1
(+) Fornecimento não faturado líquido	17,1	6,9	+ 149,6	33,0	(11,6)	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	111,0	90,6	+ 22,5	420,5	339,2	+ 24,0
(+) Receita de construção de infraestrutura	74,4	51,3	+ 45,0	255,4	192,4	+ 32,7
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	(43,4)	47,8	-	22,4	31,8	- 29,7
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	42,0	29,7	+ 41,3	139,7	118,5	+ 17,9
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	2,1	2,4	- 12,2	8,3	8,2	+ 1,7
(+) Outras receitas	8,6	17,2	- 49,8	60,3	60,4	- 0,2
(=) Receita operacional bruta	920,3	817,1	+ 12,6	3.363,6	3.158,8	+ 6,5
(-) Impostos sobre vendas	206,4	159,8	+ 29,1	709,7	718,1	- 1,2
(-) Encargos setoriais	108,4	101,8	+ 6,4	411,6	409,6	+ 0,5
(=) Receita operacional líquida	605,5	555,5	+ 9,0	2.242,3	2.031,2	+ 10,4
(-) Receita de construção de infraestrutura	74,4	51,3	+ 45,0	255,4	192,4	+ 32,7
(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura	531,1	504,2	+ 5,3	1.987,0	1.838,7	+ 8,1

3.1. Margem bruta

No 4T23, a margem bruta alcançou R\$ 184,9 milhões, 13,0% maior do que o mesmo período do ano anterior. Já a margem bruta ajustada atingiu R\$ 182,8 milhões, aumento de 13,4% em relação ao 4T22.

Margem bruta Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Receita operacional líquida	605,5	555,5	+ 9,0	2.242,3	2.031,2	+ 10,4
(-) Custo de construção de infraestrutura	74,4	51,3	+ 45,0	255,4	192,4	+ 32,7
(=) Receita operacional líquida (sem custo de construção de infraestrutura)	531,1	504,2	+ 5,3	1.987,0	1.838,7	+ 8,1
(-) Custos e despesas não controláveis	346,2	340,6	+ 1,7	1.310,4	1.272,2	+ 3,0
Energia elétrica comprada para revenda	238,6	248,5	- 4,0	906,6	946,8	- 4,3
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	107,7	92,1	+ 16,9	403,8	325,3	+ 24,1
(=) Margem bruta	184,9	163,6	+ 13,0	676,6	566,6	+ 19,4
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	2,1	2,4	- 12,2	8,3	8,2	+ 1,7
(=) Margem bruta ajustada	182,8	161,2	+ 13,4	668,3	558,4	+ 19,7

No comparativo entre os trimestres, a variação da receita líquida é explicada principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) Na rubrica de Receita de energia elétrica, o crescimento de 27,3% (R\$ 152,1 milhões) é atribuído principalmente a dois fatores: (a) crescimento de 11,7% no mercado quando comparado com o mesmo trimestre de 2022; (b) impacto do processo tarifário de 2023, no qual o reajuste médio das tarifas foi de +10,65%;
- (ii) Os ativos e passivos setoriais registraram uma redução de R\$ 91,2 milhões neste trimestre devido (i) Em 2023, o PLD médio negociado foi de R\$ 77,58/MWh, o que comparado ao ano anterior, gera um financeiro menor uma vez que o PLD médio em 2022 de R\$ 55,70/MWh, e (ii) em função do cenário de escassez hídrica em 2022, o custo de energia superior a cobertura tarifária foi homologado nas tarifas e transferido para a amortização. Em 2023, com a mudança do cenário climático e mercado crescente, os custos se mantêm mais equilibrados levando a uma formação de financeiro menor. Assim, as distribuidoras amortizaram um financeiro maior e tiveram uma formação de itens financeiros (CVA) negativa.
- (iii) O aumento de 149,6% na linha fornecimento não faturado líquido é reflexo do crescimento do consumo em razão das altas temperaturas registradas na área de concessão;

3.2. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.261,5 GWh, aumento de 11,7% em relação ao ano anterior (maior taxa para o 4T em 21 anos).

O mercado da distribuidora foi direcionado pelas classes residencial (+19,7% ou 75,9 GWh) e comercial (+13,8% ou 27,9 GWh) atingiram as maiores taxas para o 4T em 21 anos diante de temperaturas elevadas, por exemplo máximas próximas 40°C em Presidente Prudente, e base baixa em 4T22 (temperaturas atípicas, com mínimas próximas a 10°C). Já a industrial cresceu 3,9% (ou 13,6 GWh) com os principais avanços em madeira, têxtil, papel e bebidas. Rural também apresentou aumento no consumo (+8,1% ou 6,3 GWh): base baixa e clima menos chuvoso, destaque produtores de ovos e agropecuária.

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Residencial	461,7	385,7	+ 19,7	1.604,2	1.523,3	+ 5,3
Industrial	358,5	344,9	+ 3,9	1.415,4	1.370,5	+ 3,3
Cativo Industrial	50,4	55,9	- 9,8	211,5	238,0	- 11,2
Livre Industrial	308,1	289,0	+ 6,6	1.203,9	1.132,5	+ 6,3
Comercial	230,8	202,8	+ 13,8	831,3	802,8	+ 3,6
Cativo Comercial	167,3	157,7	+ 6,1	614,0	633,6	- 3,1
Livre Comercial	63,5	45,1	+ 40,6	217,3	169,2	+ 28,4
Rural	83,2	76,9	+ 8,1	302,4	315,0	- 4,0
Cativo Rural	73,8	75,3	- 1,9	276,4	310,1	- 10,9
Livre Rural	9,4	1,7	+ 466,0	26,0	4,8	+ 438,2
Outros	127,3	118,8	+ 7,1	470,7	470,5	+ 0,0
Cativo Outros	121,5	112,9	+ 7,6	446,6	446,7	- 0,0
Livre Outros	5,8	5,9	- 2,2	24,1	23,9	+ 1,1
1 Vendas de energia no mercado cativo	874,7	787,5	+ 11,1	3.152,7	3.151,8	+ 0,0
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	386,7	341,8	+ 13,2	1.471,4	1.330,4	+ 10,6
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.261,5	1.129,3	+ 11,7	4.624,1	4.482,2	+ 3,2
4 Fornecimento não faturado	20,8	6,5	+ 218,1	31,3	-6,0	-
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	1.282,2	1.135,8	+ 12,9	4.655,4	4.476,2	+ 4,0

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou o ano com 871.022 unidades consumidoras cativas, número 1,8% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior e com 426 consumidores livres.

Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado - [clique no link](#).

3.3. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A Companhia encerrou o ano com indicador de perdas totais em 5,90%, apresentando redução em relação ao trimestre anterior e uma leve alta em relação ao ano passado. A Distribuidora se mantém abaixo do limite regulatório com uma distância de 0,92 ponto percentual.

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

Últimos 12 meses

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/22	set/23	dez/23	dez/22	set/23	dez/23	dez/22	set/23	dez/23	
5,61	5,60	5,55	0,03	0,50	0,35	5,64	6,09	5,90	6,82 ●

3.4. Gestão da inadimplência

3.4.1. Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/23	dez/22	Varição em p.p.
0,23	0,21	0,02

Para os clientes residenciais de baixa renda a Energisa aderiu ao programa “Desenrola Brasil” que foi ação relevante na regularização de débitos dos clientes aptos ao programa contribuindo na redução de R\$ 482,4 mil na PPECLD no trimestre

3.4.2. Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/23	dez/22	Varição em p. p.
98,88	99,08	-0,20

O aumento do consumo decorrente da onda calor (El Niño), observado a partir do final do 3T23, acarretou um efeito transitório no indicador, pois elevou o faturamento (denominador) e o saldo em aberto (numerador) nos vencimentos de curto prazo, onde as ações de cobrança ainda não são realizadas na sua plenitude.

3.5. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A companhia alcançou o melhor resultado da série histórica para o FEC, com redução de 0,42 vezes em relação a 2022 (redução de 12,2%), mesmo em um cenário de eventos climáticos severos, evidenciando as medidas de antecipação e mobilização para responder às emergências, com um plano de contingência robusto e eficaz.

DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
dez/23	dez/22	Var. (%)	dez/23	dez/22	Var. (%)		
5,30	5,59	- 5,2	3,02	3,44	- 12,2	7,15 ●	6,05 ●

3.6. Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação

A Aneel autorizou o repasse de subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos, por sua vez, foram registrados como receita operacional via tarifa. Os valores, por distribuidora, são os seguintes:

Trimestre			Exercício		
4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
42,0	29,7	+ 41,3	139,7	118,5	+ 17,9

4. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 450,9 milhões no 4T23, aumento de 5,6% (R\$ 24,0 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2022.

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	346,2	340,6	+ 1,7	1.310,4	1.272,2	+ 3,0
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	238,6	248,5	- 4,0	906,6	946,8	- 4,3
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	107,7	92,1	+ 16,9	403,8	325,3	+ 24,1
2 Custos e despesas controláveis	75,5	68,2	+ 10,7	259,1	240,3	+ 7,8
2.1 PMSO	72,1	69,2	+ 4,2	246,3	228,3	+ 7,9
2.1.1 Pessoal, administradores e benefício pós-emprego	32,3	35,0	- 7,7	102,8	100,1	+ 2,7
2.1.3 Material	5,6	4,9	+ 14,9	21,4	19,8	+ 7,9
2.1.4 Serviços de terceiros	28,8	25,2	+ 14,2	104,6	96,1	+ 8,9
2.1.5 Outras	5,5	4,2	+ 31,0	17,6	12,3	+ 42,3
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	0,5	0,0	+ 1.066,7	0,9	0,3	+ 177,0
✓ Outros	5,0	4,1	+ 19,7	16,6	12,0	+ 38,5
2.2 Provisões/Reversões	3,4	(1,0)	-	12,8	12,1	+ 5,9
2.2.1 Contingências	2,5	0,7	+ 243,7	6,3	6,5	- 2,8
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	0,9	(1,7)	-	6,4	5,5	+ 16,1
3 Demais receitas/despesas	29,1	18,0	+ 61,2	93,5	73,8	+ 26,8
3.1 Amortização e depreciação	19,8	17,6	+ 12,2	75,5	70,3	+ 7,4
3.2 Outras receitas/despesas	9,3	0,4	+ 2.280,5	18,0	3,4	+ 422,0
Total custos e despesas operacionais (1+2+3)	450,9	426,9	+ 5,6	1.663,0	1.586,2	+ 4,8
Custo de construção de infraestrutura (*)	74,4	51,3	+ 45,0	255,4	192,4	+ 32,7
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	525,3	478,2	+ 9,8	1.918,3	1.778,7	+ 7,9

(*) Os custos de construção de infraestrutura estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

✓ Despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego

No trimestre, as despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego atingiram R\$ 32,3 milhões, redução de 7,7% (R\$ 2,7 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado em função dos principais fatores abaixo:

- (i) - R\$ 2,2 milhões de maior capitalização registrada no trimestre;
- (ii) - R\$ 1,6 milhões com fundo de pensão/ajustes atuariais devido atualização e migração de planos previdenciários.
- (iii) + R\$ 1,7 milhões na rubrica de remuneração, encargos e benefício. Deste montante, R\$ 1,0 milhão é atribuído ao contingente para atendimento à Resolução ANEEL 1.000;

✓ Despesas com materiais

No 4T23, as despesas com materiais atingiram R\$ 5,6 milhões, aumento de 14,9% (R\$ 0,7 milhão) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelo principal fator:

- (i) + R\$ 1,0 milhão em função de maiores gastos materiais de segurança e frota, sendo R\$ 0,1 milhão para atendimento à Resolução ANEEL 1.000.

✓ Despesas com serviços de terceiros

No trimestre, as despesas com serviços de terceiros atingiram R\$ 28,8 milhões, aumento de 14,2% (R\$ 3,6 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

- (i) + R\$ 4,0 milhões nas despesas de manutenção e conservação como despesas com poda de árvore, limpeza de faixa de servidão e manutenção em linhas e equipamentos;
- (i) + R\$ 1,0 milhão com maiores despesas com facilities e honorários advocatícios;
- (ii) - R\$ 1,9 milhão com menores despesas com consultoria;

✓ Outras despesas

No trimestre, as outras despesas atingiram R\$ 5,5 milhões, aumento de 31,0% (R\$ 1,3 milhão) comparado ao mesmo período do ano passado, explicado em grande parte pelos seguintes fatores:

- (i) + R\$ 0,4 milhão referente as despesas com campanhas comerciais na área da concessão;
- (ii) + R\$ 0,2 milhão na rubrica de aluguel de imóvel; e
- (iii) + R\$ 0,2 milhão com multas regulatórias.

Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

PPECLD de R\$ 6,4 milhões, aumento de R\$ 0,9 milhão no trimestre.

5. Lucro Líquido e EBITDA

No trimestre, o lucro líquido foi de R\$ 21,4 milhões, redução de 17,5 % em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando os efeitos não-recorrentes do 4T22 e o efeito não caixa do VNR, o lucro líquido ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 20,0 milhões, R\$ 8,1 milhões (- 28,9%) abaixo do registrado no 4T22.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T23	4T22	Var. %	Var. R\$	2023	2022	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro líquido do período	21,4	38,8	- 45,0	(17,5)	138,6	130,5	+ 6,2	8,1
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	1,4	1,6	- 12,1	(0,2)	5,5	5,4	+ 1,7	0,1
(=) Lucro líquido ajustado	20,0	37,3	- 46,4	(17,3)	133,1	125,1	+ 6,4	8,0
Efeitos não recorrentes								
(+) Receita não faturada ⁽¹⁾	-	(9,2)	-	9,2	-	-	-	-
(=) Lucro líquido ajustado recorrente	20,0	28,1	- 28,9	(8,1)	133,1	125,1	+ 6,4	8,0

⁽¹⁾ No 4T22, os valores atribuídos à “Receita não faturada” representaram reversões contábeis dos efeitos não recorrentes que foram reapresentados em 2023, resultando na sua eliminação.

O EBITDA totalizou R\$ 100,0 milhões no trimestre, aumento de 5,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Desconsiderando os efeitos não-recorrentes do 4T22 e o efeito não caixa do VNR, o EBITDA ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 97,9 milhões, R\$ 19,1 milhões (24,3%) maior que o mesmo período do ano anterior.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T23	4T22	Var. %	Var. R\$	2023	2022	Var. %	Var. R\$
(=) EBITDA	100,0	94,9	+ 5,4	5,1	399,5	322,8	+ 23,8	76,7
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	2,1	2,4	- 12,2	(0,3)	8,3	8,2	+ 1,7	0,1
(=) EBITDA ajustado	97,9	92,6	+ 5,8	5,4	391,2	314,6	+ 24,3	76,6
Efeitos não recorrentes								
(+) Receita não faturada ⁽¹⁾	-	(13,7)	-	13,7	-	-	-	-
(=) EBITDA ajustado recorrente	97,9	78,8	+ 24,3	19,1	391,2	314,6	+ 24,3	76,6

⁽¹⁾ No 4T22, os valores atribuídos à “Receita não faturada” representaram reversões contábeis dos efeitos não recorrentes que foram reapresentados em 2023, resultando na sua eliminação.

6. Estrutura de capital

6.1. Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 214,5 milhões em dezembro, frente aos totalizou R\$ 174,8 milhões registrados em setembro de 2023. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)⁽¹⁾, que apresentaram montante negativo de R\$ 29,6 milhões em setembro, contra saldo positivo de R\$ 7,1 milhões em setembro de 2023.

Em 31 de dezembro, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 1.133,2 milhões, contra R\$ 1.120,9 milhões em setembro de 2022 e o indicador dívida líquida / EBITDA ajustado se manteve no patamar de 2,7x.

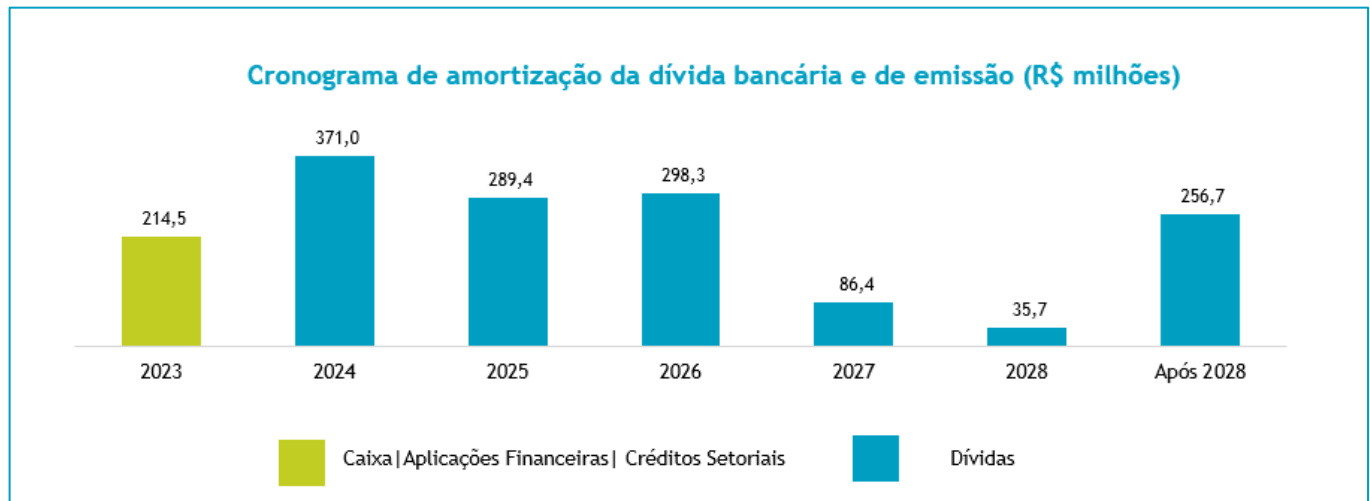
A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2023	30/09/2023	30/06/2023
Circulante	377,4	236,2	167,9
Empréstimos e financiamentos	219,2	104,6	22,7
Debêntures	109,0	91,9	102,5
Encargos de dívidas	42,8	37,5	37,7
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	4,1	3,9	3,9
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	2,2	(1,6)	1,1
Não Circulante	970,3	1.059,4	1.171,5
Empréstimos e financiamentos	392,4	513,4	599,2
Debêntures	574,1	524,8	559,3
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	31,2	27,7	26,7
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(27,4)	(6,5)	(13,6)
Total das dívidas	1.347,7	1.295,7	1.339,4
(-) Disponibilidades financeiras	244,0	167,6	296,7
✓ Caixa e equivalentes de caixa	69,7	80,2	122,6
✓ Aplicações financeiras (Circulante)	174,4	87,4	174,1
Total das dívidas líquidas	1.103,6	1.128,0	1.042,7
(-) Créditos CDE	18,0	11,8	9,1
(-) Créditos CVA ⁽¹⁾	(47,6)	(4,6)	91,0
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	1.133,2	1.120,9	942,5
Indicador Relativo			
Dívida líquida / EBITDA ajustado 12 meses ⁽²⁾	2,7	2,7	2,4

(1) Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais. | (2) EBITDA ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

6.2. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



7. Investimentos

A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Ativo Elétrico	71,4	40,2	+ 77,7	264,9	202,1	+ 31,1
Obrigações Especiais (*)	13,9	7,0	+ 96,8	29,7	29,2	+ 1,6
Ativo não Elétrico	6,7	5,2	+ 29,6	17,7	15,9	+ 10,8
Total dos Investimentos	92,0	52,4	+ 75,5	312,2	247,3	+ 26,3

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

8. Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 março de 2024, aprovou a distribuição de dividendos apurados com base no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$64.837 equivalentes a R\$ 667,65580453497 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 12 de abril de 2024, com base na posição acionária da Companhia em 12 de março de 2024.

9. Gestão de Pessoas, Saúde e Segurança

A Energisa Sul-Sudeste conta com um total de 1.326 colaboradores, divididos entre 1.028 empregados diretos e 298 parceiros contratados de terceiros. A empresa está comprometida com a constante evolução do ambiente de trabalho oferecido aos seus colaboradores, os quais são alvo de ações contínuas de capacitação, análise de desempenho e valorização.

O processo de avaliação de desempenho foi reformulado recentemente e passou a ser denominado Ciclo de Carreira e Desenvolvimento. Esse novo ciclo oferece um acompanhamento mais estruturado da performance, das entregas e do planejamento profissional de cada colaborador, proporcionando assim uma gestão mais eficaz e alinhada com os objetivos individuais e organizacionais.

Além disso, a Energisa tem como foco a saúde e integridade dos seus colaboradores, por meio da atuação preventiva e a gestão de um ambiente de trabalho saudável que abrange todos os níveis do Grupo. Para facilitar o acesso dos trabalhadores a serviços médicos e de saúde não relacionados ao trabalho, a Energisa integra todas as áreas da organização em conjunto com as lideranças, incentivando a participação nos programas de promoção da saúde.

Por isso, o Grupo implantou a iniciativa Viva Energia, que tem como objetivo o foco na saúde integrada dos colaboradores. Suas ações são voltadas à prevenção de doenças, ao estímulo a um estilo de vida saudável e ao acompanhamento das condições de saúde de todo o público interno, incluindo pacientes crônicos e grupos de risco. O atendimento é realizado por equipes multidisciplinares, compostas por médicos do trabalho, nutricionistas, profissionais de educação física, fisioterapeutas e psicólogos. Além destas ações, ele também oferece atenção especial às colaboradoras gestantes (e às dependentes dos colaboradores). Busca prevenir doenças ocupacionais e combater a transmissão de moléstias no ambiente de trabalho, proporcionando um ambiente seguro e saudável para nossas pessoas.

Também foi criado o programa Saúde Integral, com iniciativas focadas no bem-estar de colaboradores e dependentes. Este é a porta de entrada para que o beneficiário tenha apoio e atendimento 24 horas por dia e sete dias por semana em campos como social, psicológico, físico, jurídico, nutricional, previdenciário e financeiro. Para pacientes crônicos, como portadores de obesidades, doenças cardiovasculares, diabetes ou doenças respiratórias, há monitoramento ativo, com atendimento telefônico e orientações específicas.

10. Responsabilidade Socioambiental

A aproximação com a sociedade local, por meio de ações culturais e de manifestação dos valores regionais, está entre os compromissos da Energisa. Assim, a Companhia investe em ações de incentivo à produção cultural e à preservação da memória em suas áreas de concessão, de forma a impulsionar a economia criativa onde atua.

Em 2023, a Energisa Sul-Sudeste destinou cerca de R\$ 1,0 milhão para ações de impacto social nas frentes de educação, cultura, esporte, combate à fome e segurança alimentar, entre outras.

Eficiência energética

O projeto Nossa Energia é um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, estimulando o consumo consciente. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas por LED, substituição de refrigeradores obsoletos por equipamentos eficientes e realização de palestras sobre o uso racional da energia elétrica. A empresa investiu R\$ 4,3 milhões no ano de 2023.

Iniciativas socioculturais

A Energisa já definiu seus compromissos dos próximos anos pautados pela agenda de desenvolvimento sustentável da ONU, com objetivos já definidos. Um dos pilares desses compromissos é apoiar as manifestações culturais de sua área de atuação. Assim, a Companhia busca incentivar a produção cultural e a preservação da memória nas suas concessões, impulsionando a economia criativa, além de mobilizar projetos e parcerias para contribuir com o desenvolvimento sustentável dos biomas mais frágeis.

Iniciativas ambientais

A Energisa Sul-Sudeste, seguindo as políticas do Grupo Energisa, compromete-se com a gestão responsável do meio ambiente em que opera, promovendo o uso eficiente dos recursos naturais e buscando continuamente melhorar seu desempenho ambiental. Com uma equipe dedicada à gestão ambiental e ao licenciamento de projetos, a empresa baseia suas práticas em um sistema de gestão alinhado à norma ISO 14001.

A empresa enfrenta os impactos sociais e ambientais de suas atividades com o apoio de iniciativas e práticas que refletem seu compromisso e responsabilidade ambiental. As principais ações incluem:

Energia: Implementação do Projeto de Consumo Consciente visando expandir a economia de energia. Isso envolve campanhas voltadas aos colaboradores sobre o uso eficiente de energia, através de cartilhas e comunicação interna (intranet, adesivos, cartazes e proteção de tela para computadores). Estratégias de economia de energia incluem a regulação do uso de ar-condicionado, limitando sua operação e temperatura; desligamento da iluminação externa e de áreas comuns quando não em uso; instalação de sensores de movimento e a substituição por lâmpadas LED.

Mudanças Climáticas: Energisa se posiciona como líder na transformação energética visando a neutralidade de carbono até 2050. Isso será alcançado através do investimento em eficiência energética, desativação de usinas termelétricas, priorização de energias renováveis e medidas para a redução de emissões de gases de efeito estufa. O Projeto NetClima permite à empresa monitorar as condições climáticas em tempo real, antecipando-se às tempestades e preparando as equipes para atuação.

Emissões de Gases de Efeito Estufa: Em 2022, o Grupo Energisa publicou seu segundo inventário de gases de efeito estufa conforme a metodologia do GHG Protocol referente ao ano anterior, recebendo a certificação Selo Ouro do GHG Protocol após auditoria. Essa certificação é a mais alta concedida a empresas que demonstram total transparência na publicação de seus inventários de emissões. A interligação ao Sistema Integrado Nacional permitiu a desativação da UTE Colniza, a última usina a diesel em operação isolada, resultando na redução de cerca de 5.000 toneladas anuais de emissões de gases de efeito estufa.

11. Eventos subsequentes

11.1. Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 12 março de 2024, aprovou a distribuição de dividendos apurados com base no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 64,8 milhões, equivalentes a R\$ 667,65580453497 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 01 de abril de 2024 com base na posição acionária da Companhia em 13 de março de 2024.

A Administração.

Demonstrações financeiras

1 Balanço patrimonial ativo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	69.656	49.865
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	174.377	205.146
Consumidores e concessionárias	6	352.742	300.837
Títulos de créditos a receber		2.394	2.349
Estoques		7.050	7.206
Tributos a recuperar	7	186.580	166.400
Ativos financeiros setoriais	9	43.131	21.671
Instrumentos financeiros derivativos	32	32.005	25.517
Outros créditos	10	71.507	72.157
Total do circulante		939.442	851.148
Não circulante			
Consumidores e concessionárias	6	73.525	63.195
Tributos a recuperar	7	303.461	358.030
Créditos tributários	12	49.499	41.339
Depósitos judiciais	23	105.404	92.506
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	217.816	165.812
Ativos financeiros setoriais	9	-	80.811
Instrumentos financeiros derivativos	32	29.603	43.931
Outros créditos	10	25.967	25.025
		805.275	870.649
Ativo contratual - Infraestrutura em construção	14	83.924	72.029
Investimentos		580	617
Imobilizado	15	25.408	21.323
Intangível	16	1.073.109	933.101
Total do não circulante		1.988.296	1.897.719
Total do ativo		2.927.738	2.748.867

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

2 Balanço patrimonial passivo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	264.641	237.776
Encargos de dívidas	18	42.828	29.741
Empréstimos e financiamentos	18	219.193	171.123
Debêntures	19	109.005	42.930
Impostos e contribuições sociais	20	71.424	47.191
Obrigações estimadas		9.273	8.781
Dividendos e Juros sobre capital próprio		380	341
Encargos do consumidor a recolher		13.227	13.227
Contribuição de iluminação pública		10.606	8.317
Encargos setoriais	22.1	31.796	40.790
Passivos financeiros setoriais	9	81.953	19.292
Instrumentos financeiros derivativos	32	34.220	34.529
Benefícios pós-emprego	33	4.115	3.893
Arrendamentos operacionais		108	307
Incorporação de redes	22.2	255	169
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	21	48.573	-
Outras contas a pagar	24	23.064	21.074
Total do circulante		964.661	679.481
Não circulante			
Fornecedores	17	7.232	7.307
Empréstimos e financiamentos	18	392.423	566.493
Debêntures	19	574.087	443.028
Impostos e contribuições sociais	20	123.254	91.368
Passivos financeiros setoriais	9	8.797	4.236
Encargos setoriais	22.1	13.126	5.394
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	23	15.051	15.067
Benefícios pós-emprego	33	31.227	24.655
Arrendamentos operacionais		527	639
Instrumentos financeiros derivativos	32	2.160	4.781
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	21	197.322	364.503
Outros Passivos	24	847	699
Total do não circulante		1.366.053	1.528.170
Patrimônio líquido			
Capital social realizado	25.1	534.717	534.717
Reservas de capital	25.2	1.856	1.362
Reservas de lucros	25.3	12.663	5.732
Dividendos adicionais propostos	25.4	64.837	13.091
Outros resultados abrangentes	25.5	(17.049)	(13.686)
Total do patrimônio líquido		597.024	541.216
Total do passivo e patrimônio líquido		2.927.738	2.748.867

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

3 Demonstração do resultado

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	26	2.242.323	2.031.157
Custo do serviço de energia elétrica	27	(1.310.384)	(1.272.160)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	27	(465.072)	(386.604)
Lucro bruto		466.867	372.393
Despesas gerais e administrativas	27	(124.870)	(116.465)
Outras receitas	28	-	2.709
Outras despesas	28	(17.995)	(6.155)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		324.002	252.482
Receita financeira	29	101.904	123.071
Despesas financeiras	29	(216.728)	(187.921)
Despesas financeiras líquidas		(114.824)	(64.850)
Resultados antes dos tributos sobre o lucro		209.178	187.632
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(80.718)	(94.704)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	10.168	37.615
Lucro líquido do exercício		138.628	130.543
Lucro líquido básico e diluído ação ordinária - R\$	30	1.429,15	1.345,80

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

4 Demonstração do resultado abrangente

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		138.628	130.543
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	25.5	(3.363)	4.484
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		135.265	135.027

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

5 Demonstração das mutações do patrimônio líquido

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de Capital	Reserva de lucros Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 01 janeiro de 2022	534.717	1.020	29.029	47.773	(44.917)	(18.170)	549.452
Transferência de Reservas	-	-	(29.029)	-	29.029	-	-
Pagamento dividendos adicionais propostos	25.4	-	-	(47.773)	-	-	(47.773)
Programa de remuneração variável (ILP)	25.2	-	342	-	-	-	342
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	130.543	-	130.543
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	25.3	-	5.732	-	(5.732)	-	-
Dividendos	25.4	-	-	-	(95.832)	-	(95.832)
Dividendos adicionais propostos	25.4	-	-	13.091	(13.091)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	-	-	-	-	-	-	-
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	25.5	-	-	-	-	7.194	7.194
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	25.5	-	-	-	-	(2.710)	(2.710)
Saldos em 31 dezembro de 2022	534.717	1.362	5.732	13.091	-	(13.686)	541.216
Pagamento dividendos adicionais propostos	25.4	-	-	(13.091)	-	-	(13.091)
Programa de remuneração variável (ILP)	25.2	-	494	-	-	-	494
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	138.628	-	138.628
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	25.3	-	6.931	-	(6.931)	-	-
Dividendos	25.4	-	-	-	(66.860)	-	(66.860)
Dividendos adicionais propostos	25.4	-	-	64.837	(64.837)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	-	-	-	-	-	-	-
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	25.5	-	-	-	-	(5.096)	(5.096)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	25.5	-	-	-	-	1.733	1.733
Saldos em 31 dezembro de 2023	534.717	1.856	12.663	64.837	-	(17.049)	597.024

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

6 Demonstração do valor adicionado

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Geração do valor adicionado:			
Receitas		3.360.713	3.158.868
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	26	3.108.209	2.966.416
Outras receitas	28	-	2.709
Receitas relativas a construção de ativos próprios	26 e 29	258.938	195.287
Provisão/Reversão de Créditos des. Liquidação Duvidosa	27	(6.434)	(5.544)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		1.439.231	1.396.275
Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros		128.138	118.499
Outros		289.127	209.882
		1.856.496	1.724.656
Valor adicionado bruto		1.504.217	1.434.212
Depreciação e Amortização	27	75.531	70.323
Valor adicionado líquido		1.428.686	1.363.889
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	29	106.874	129.073
Valor adicionado total a distribuir		1.535.560	1.492.962
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal		85.307	83.890
Remuneração direta		49.205	53.747
Benefícios		30.285	24.811
FGTS		5.817	5.332
Impostos, taxas e contribuições		1.089.779	1.086.822
Federais		617.536	180.734
Estaduais		471.890	496.160
Municipais		353	315
Obrigações Intra-setoriais		-	409.613
Remuneração de capitais de terceiros		221.846	191.707
Juros	29	220.316	190.780
Aluguéis		1.530	927
Remuneração de capitais próprios		138.628	130.543
Reserva legal	25.3	6.931	5.733
Dividendos	25.4	66.860	95.832
Dividendos adicionais propostos		64.837	13.090
Realização de reservas		-	15.888
		1.535.560	1.492.962

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

7 Demonstração dos fluxos de caixa

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	30	138.628	130.543
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	70.550	57.089
(Receitas) despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		77.638	(19.015)
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	(8.319)	(8.178)
Amortização e depreciação	27	75.530	70.323
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	27	6.434	5.544
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	22	6.328	3.795
Marcação a mercado de dívidas	29	17.987	(13.599)
Marcação a mercado de derivativos	29	(22.665)	13.371
Instrumentos financeiros derivativos	29	42.191	106.310
Perda (Ganho) na alienação de bens do intangível	30	7.662	(2.142)
Programa de remuneração variável (ILP)		494	470
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) iminuição de consumidores e concessionárias		(68.456)	44.623
(Aumento) de títulos de créditos a receber		(45)	-
Diminuição de estoques		156	196
(Aumento) diminuição de tributos a recuperar		(9.457)	7.992
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados		(5.259)	(6.215)
Recursos da conta de comercialização de Itaipu	9	-	29.082
(Aumento) diminuição de outros créditos a receber		(23.613)	22.730
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento (Diminuição) de fornecedores		9.869	(52.260)
Aumento de impostos e contribuições sociais		128.825	49.863
Imposto de renda e contribuição social pagos		(58.152)	(86.356)
Aumento de obrigações Estimadas		492	762
Variação dos ativos e passivos setoriais	9	(13.367)	40.400
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos		(6.817)	(9.599)
Aumento (diminuição) de outras contas a pagar		17.542	(43.975)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		384.176	341.754
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		56.078	(78.580)
Aplicações no intangível e imobilizado	13, 14, 15 e 16	(261.924)	(209.550)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	13, 14, 15 e 16	2.854	1.858
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos		(202.992)	(286.272)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos	18 e 19	240.774	437.467
Pagamentos de empréstimos - principal	18 e 19	(202.510)	(368.411)
Pagamentos de empréstimos - juros	18 e 19	(95.567)	(42.879)
Pagamentos de parcelamento de impostos	20	(4.727)	(19.391)
Pagamento de incorporação de redes	22.2	(83)	-
Pagamento por liquidação de instrumentos financeiros derivativos		(18.464)	892
Pagamento de dividendos		(79.912)	(143.526)
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil		(904)	(1.297)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(161.393)	(137.145)
Variação líquida do caixa		19.791	(81.663)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5	49.865	131.528
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5	69.656	49.865
Variação líquida do caixa		19.791	(81.663)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

8 Balanço social

ENERGISA SUL SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2023						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2023			2022		
Receita Líquida (RL)	2.242.323			2.031.157		
Resultado operacional (RO)	209.178			187.632		
Folha de pagamento bruta (FPB)	95.162			89.774		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	15.876	16,68%	0,71%	14.140	15,75%	0,70%
Encargos sociais compulsórios	12.650	13,29%	0,56%	11.491	12,80%	0,57%
Previdência privada	1.970	2,07%	0,09%	3.530	3,93%	0,17%
Saúde	11.905	12,51%	0,53%	8.812	9,82%	0,43%
Segurança e saúde no trabalho	2.062	2,17%	0,09%	4.253	4,74%	0,21%
Educação	147	0,15%	0,01%	86	0,10%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	938	0,99%	0,04%	858	0,96%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	78	0,08%	0,00%	91	0,10%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	10.008	10,52%	0,45%	11.489	12,80%	0,57%
Outros	2.865	3,01%	0,13%	1.553	1,73%	0,08%
Total - Indicadores sociais internos	58.499	61,47%	2,61%	56.303	62,73%	2,77%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	197	0,09%	0,01%	156	0,08%	0,01%
Cultura	524	0,25%	0,02%	450	0,24%	0,02%
Esporte	-	0,00%	0,00%	53	0,03%	0,00%
Outros	198	0,09%	0,01%	131	0,07%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	919	0,43%	0,04%	790	0,42%	0,04%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.077.129	514,93%	48,04%	665.718	354,80%	32,78%
Total - Indicadores sociais externos	1.078.048	515,36%	48,08%	666.508	355,22%	32,82%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	19.123	9,14%	0,85%	19.625	10,46%	0,97%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	3.800	1,82%	0,17%	11.900	6,34%	0,59%
Total dos investimentos em meio ambiente	22.923	10,96%	1,02%	31.525	16,80%	1,56%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2023			2022		
Nº de empregados(as) ao final do período	1.028			1.033		
Nº de admissões durante o período	136			151		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	547			301		
Nº de estagiários(as)	14			20		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	152			175		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	158			159		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	13,80%			14,29%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	262			251		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	13,79%			10,70%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	37			39		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023			Metas 2024		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	52,32			52,32		
Número total de acidentes de trabalho	1			1		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 279.643	no Procon 411	na Justiça 1.645	na empresa 279.643	no Procon 320	na Justiça 1.901
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100,27%	no Procon 100%	na Justiça 91%	na empresa 98,7%	no Procon 100%	na Justiça 96%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2023: 1.535.560		Em 2022: 1.492.962			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	71% governo 6% colaboradores(as) 4% acionistas 14% terceiros 5% retido			73% governo 6% colaboradores(as) 7% acionistas 13% terceiros 1% retido		
7 - Outras Informações	2023			2022		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos	-			-		
7.1.1 - Investimento da União	-			-		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-			-		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-			-		
7.2 - Programa de eficiência Energética	4.311			11.899		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	403			4.741		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	4.714			16.640		

Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “ESS”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM desde 05 de novembro de 2019. A Companhia atua como concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Rede Energia Participações S/A (“REDE”), e possui sede na cidade de Presidente Prudente, São Paulo. Sua área de concessão abrange 82 municípios, sendo 71 no Estado de São Paulo, 10 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 município no estado do Paraná, atendendo a 871.443 consumidores.

1.1. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia teve seu contrato de concessão vencido em 07 de julho de 2015 para o qual foi assinado em 17 de dezembro de 2015 o quinto termo aditivo ao contrato de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

O novo aditivo exigiu da Companhia atendimento aos seguintes critérios:

- I - Eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - Eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - Racionalidade operacional e econômica; e
- IV - Modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos Reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimento deles. Com o novo aditivo que prorrogou o prazo de concessão até 2045, a infraestrutura da concessão, registrado pela Companhia como ativo financeiro indenizável da concessão até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível, uma vez que sua recuperação se dará pelo fornecimento de energia elétrica na área da concessão e tais ativos serão amortizados pela sua vida útil remanescente, considerando o novo prazo da concessão.

O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

- I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e das instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;
- II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguros sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME.

As informações referentes a reajustes tarifários, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14 e 26, respectivamente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2024.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº32.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* -

IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;
- II. Nota explicativa nº9 - Ativos e passivos financeiros setoriais;
- III. Nota explicativa nº12 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- IV. Nota explicativa nº13 - Ativo financeiro indenizável da concessão;
- V. Nota explicativa nº15 - Imobilizado;
- VI. Nota explicativa nº16 - Intangível;
- VII. Nota explicativa nº23 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias e ambientais;
- VIII. Nota explicativa nº27 - Custo e despesas operacionais;
- IX. Nota explicativa nº32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
- X. Nota explicativa nº33 - Benefícios pós-emprego.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Principais políticas contábeis

a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Instrumentos financeiros e operações de *hedge*

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo

financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avaliou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas

esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas - Nota explicativa nº2.3;
- Consumidores e concessionárias - Nota explicativa nº6; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - Nota explicativa nº32.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de créditos esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de créditos esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de créditos para as quais não houve aumento significativo no risco de créditos desde o reconhecimento inicial, as perdas de créditos esperadas são provisionadas para perdas de créditos resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de créditos esperadas de 12 meses). Para as exposições de créditos para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de créditos esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de consumidores e concessionárias e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de créditos esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de créditos, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de créditos esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de créditos, como métrica para a mensuração das perdas esperadas

condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2023 compreendem empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, as debentures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em “Swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de hedge de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangente” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo. No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, documenta se o instrumento de *hedge* usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A nota explicativa nº32, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de *hedge* são registrados conforme descrito abaixo:

Hedges de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como despesas financeiras.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *hedge*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

- c. **Consumidores e concessionárias** - inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, reconhecidos pelo regime de

competência, até o encerramento das demonstrações financeiras;

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

- d. **Estoques** - estão valorizados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- e. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;
- f. **Ativo financeiro indenizável da concessão** - corresponde os contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e a Companhia, que estabelece e determina para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com cliente para as Distribuidoras.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº13.;

- g. **Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - é o direito contratual das distribuidoras de energia elétrica, de cobrarem pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber caixa ou outro ativo financeiro, relacionada às obras em construção para atendimento as demandas de expansão e melhoria de sua área de concessão. Quanto da entrada em operação os ativos são transferidos para o Intangível - contrato de

concessão na proporção equivalente ao que será remunerado via tarifa pelo tempo do contrato de concessão ou para um Ativo financeiro indenizável da concessão pelo valor residual dos ativos não amortizados que serão revertidos ao poder concedente mediante indenização ao final da concessão, quando aplicável;

- h. **Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício, deduzido da despesa de depreciação, calculada pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

- i. **Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares.

Os softwares são ativos adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

Os ativos intangíveis relacionados aos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica são registrados à medida que o concessionário recebe o direito (autorização) de cobrar dos usuários dos serviços públicos pelos serviços prestados, o seja, o direito de explorar a infraestrutura, construída ou adquirida sob o regime de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, e de cobrar, via tarifa, o serviço público prestado. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

- j. **Arrendamentos** - os contratos são avaliados, em sua data de início se ele é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- Intangível direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- Passivo de arrendamento: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de

arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos;

k. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);

l. **Redução a valor recuperável**

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

Ativos intangíveis: ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

(i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;

(ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e

(iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2023 e 2022, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- m. **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

- n. **Derivativos** - a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 32;

- o. **Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes que são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido;

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia.

- p. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;

- q. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento nas datas das respectivas transações;

- r. **Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;

- s. **Receita operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens

ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receitas de disponibilidade do uso dos sistemas de transmissão e distribuição (TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde as receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e de consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativas da Administração. A receita de constituição e amortização de CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado do exercício, quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

A receita com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários.

- t. **Benefícios pós-emprego** - a Companhia oferece aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médico-hospitalar e outros benefícios pós-empregos. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de Benefício Definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outras variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de Benefício Definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos

disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de Contribuição Definida, no qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médico-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido.

- u. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e
- v. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants	1º de janeiro de 2024
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and leaseback"	1º de janeiro de 2024

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas e da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
IAS 12	Impostos Diferidos ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da

Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas Demonstrações Financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 82 municípios dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, e sua demonstração de resultado do período reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1. Caixa e equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por operações compromissadas e Certificado de Depósito Bancário (CDB). A rentabilidade média ponderada da carteira equivale a 103,2% do CDI (91,6% do CDI em 2022).

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	69.642	25.894
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	14	-
Operações compromissadas	-	23.971
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante ⁽¹⁾	69.656	49.865

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundo de renda fixa, Letra Financeira do Tesouro, CCBs, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira equivale a 96,8% do CDI (102,2% do CDI em 2022).

	2023	2022
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	2	2
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	3.943	3.935
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽²⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.099	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	1.213	4.380
Compromissadas	14.468	4.489
Fundo Multimercado	26	5.725
Fundo de Renda Fixa	125.188	145.342
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	5.686	9.372
Letra Financeira do Tesouro (LFNP)	-	760
Letra Financeira (LF)	18.081	18.002
Nota de Crédito (NC)	344	-
Letra Financeira (LFS)	98	-
Letra Financeira do Tesouro Nacional (LFTN)	-	564
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	4.143	11.792
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	86	783
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽³⁾ - Circulante	174.377	205.146

⁽¹⁾ **Fundos de Investimentos:** são classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de -25,5% a 106,7% (-31,4% a 112,1% em 2022) do CDI e média ponderada 6,1% (-11,7% em 2022) do CDI;

⁽²⁾ **Fundos de Investimentos Exclusivos:** inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundo Multimercado, Fundos de Renda Fixa, LFT, LFNP, LF, NC, LFS, LFTN, NTNB, NTNF e são remuneradas a 103,5% (108,1% em 2022) do CDI Fundo BTG Zona da Mata, 101,6%

(102,9% em 2022) do CDI Fundo BB Energisa, 85,1% (101,2% em 2022) do CDI Fundo MAG Zona da Mata, 98,6% (102,6% em de 2022) do CDI Fundo Zona da Mata e 69,5% (98,1% em 2022) do CDI Fundo Cataguases;

(3) Inclui R\$684 (R\$564 em 2022) referente a recursos vinculados a bloqueios judiciais e conselho do consumidor, conforme segue:

	2023	2022
Bloqueios judiciais credores	381	347
Conselho do consumidor	303	217
Total	684	564

6. Consumidores e concessionárias

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia elétrica não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das informações financeiras intermediárias.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD ⁽²⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2023	2022
Valores correntes:									
Residencial	62.581	-	38.126	1.818	121	317	(3.077)	99.886	79.265
Industrial	18.452	-	2.531	233	206	2.733	(2.744)	21.411	20.173
Comercial	29.759	-	7.634	366	132	900	(1.097)	37.694	33.295
Rural	11.023	-	3.317	225	332	366	(379)	14.884	13.234
Poder público	9.046	-	428	2	-	2	(4)	9.474	7.131
Iluminação pública	6.609	-	163	-	-	46	(47)	6.771	6.533
Serviço público	9.722	-	60	-	-	27	(28)	9.781	8.366
Fornecimento não faturado	133.045	-	-	-	-	-	(453)	132.592	100.026
Arrecadação em Processo de Classificação	(6.977)	-	-	-	-	-	-	(6.977)	739
Valores renegociados:									
Residencial	2.128	4.042	1.300	434	438	2.507	(4.179)	6.670	6.225
Industrial	398	1.110	43	18	52	1.025	(1.117)	1.529	1.901
Comercial	558	2.552	275	114	188	1.697	(2.208)	3.176	2.396
Rural	289	558	108	24	32	130	(288)	853	712
Poder público	63	130	2	-	-	9	(9)	195	7
Iluminação pública	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Serviço público	20	-	-	-	-	-	-	20	7
(-) Ajuste a valor presente ⁽¹⁾	(67)	(999)	-	-	-	-	-	(1.066)	(1.276)
Subtotal - Consumidores	276.649	7.393	53.987	3.234	1.501	9.759	(15.630)	336.893	278.736
Suprimento Energia ⁽³⁾	3.673	-	-	-	-	16.752	-	20.425	26.829
Outros ⁽⁴⁾	14.852	-	-	-	-	55.408	(1.311)	68.949	58.467
Total	295.174	7.393	53.987	3.234	1.501	81.919	(16.941)	426.267	364.032
Circulante								352.742	300.837
Não Circulante								73.525	63.195

(1) **Ajuste a valor presente:** calculado para todos os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado taxa de mercado;

(2) **Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD):** a provisão é constituída com base nas perdas esperadas, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

(3) **Suprimento de energia:** inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

(4) **Outros:** inclui serviços taxados e outros valores a receber e/ou a pagar aos consumidores. A Companhia possui R\$53.761 (R\$42.976 em 2022) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres suspenso por liminares, em contrapartida, tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS em impostos e contribuições sociais no passivo não circulante (vide nota explicativa nº 20).

Segue as variações das provisões para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021	37.025	37.624
Provisões líquidas constituídas no período/exercício	6.434	4.410
Baixa/reversão de contas de energia elétrica - incobráveis	(4.155)	(5.009)
Saldo em 2023 e 2022	39.304	37.025
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	16.941	14.662
Títulos de créditos a receber	22.163	22.163
Outros créditos (vide nota explicativa nº 10)	200	200

Composição do saldo da CCEE	2023	2022
Créditos a vencer	3.673	10.077
Créditos vinculados a liminares ^(a)	16.752	16.752
Subtotal créditos CCEE ^(b)	20.425	26.829
(-) Aquisições de Energia na CCEE	(2.690)	(7.287)
(-) Encargos de Serviços do Sistema	(3.798)	(203)
Total créditos CCEE	13.937	19.339

(a) Os valores que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE;

(b) Vide nota explicativa nº 17;

7. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que são recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	43.525	39.057
Imposto de Renda Pessoa Jurídica- IRPJ	68.823	57.407
Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSSL	25.408	24.123
Contribuições ao PIS e à COFINS	24.592	22.223
Exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e COFINS ⁽¹⁾	317.546	371.500
Outros	10.147	10.120
Total	490.041	524.430
Circulante	186.580	166.400
Não Circulante	303.461	358.030

(1) Valores correspondem a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS em que o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, como também consolidou o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil de créditos de R\$317.546 (R\$371.500 em 2022). Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$29.825 (R\$33.390 em 2022), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício.

Em 12 de abril de 2021, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS e COFINS, oriundos da ação judicial transitada em julgado em favor da Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), empresa incorporada em 2017, que se encontram em processo de recuperação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas em maio de 2021 e integralmente compensados em julho de 2021. As empresas, também incorporadas em 2017, Companhia Nacional de Energia Elétrica (ENA) e Empresa Bragantina de Distribuição de Energia (EBR), tiveram seus créditos habilitados pela Receita Federal em 09 de junho de 2022 e 22 de junho de 2022, respectivamente. A ação judicial da ESS transitou em julgado em 24 de maio de 2023 e ainda não houve a habilitação do crédito pela Receita Federal do Brasil. As compensações realizadas foram de R\$83.779 (R\$53.923 em 2022). Ainda que a ação judicial da Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema (EDEV - incorporada em 2017) não tenha transitado em julgado, a Administração tem convicção de ser adequado o seu reconhecimento, visto que, a realização dos créditos é mais do que provável. A habilitação dos referidos créditos junto à Receita Federal do Brasil somente ocorrerá após o trânsito em julgado.

8. Reajuste, revisão tarifária e outros assuntos regulatórios

Conforme Contrato de Concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital).

Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual - RTA e a Revisão Tarifária Periódica - RTP. Ambos previstos no contrato de concessão.

A Concessionária também pode solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária - RTE sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

8.1. Reajuste tarifário

O Reajuste Tarifário Anual - RTA tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Em 11 de julho de 2023, através da Resolução Homologatória nº 3.219, a ANEEL aprovou o reajuste tarifário da Companhia, e entrou em vigor a partir de 12 de julho de 2023. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 10,65%.

8.2. Revisão tarifária

A Revisão Tarifária Periódica - RTP ocorre a cada 4 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Neste momento, a ANEEL também calcula toda a Parcela B, isto é, a parte da Receita para cobrir os custos operacionais e investimentos da distribuidora.

8.3. Bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela;
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; e
- Bandeira Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo:

Bandeira	Anterior R\$/kWh	R\$/kWh REH nº 2.888/2021 ⁽¹⁾	R\$/kWh Resolução nº 3/2021 ⁽²⁾	Atual R\$/kWh REH nº 3.051/2022 ⁽³⁾
Amarela	1,34	1,87	-	2,99
Vermelha 1	4,17	3,97	-	6,50
Vermelha 2	6,24	9,49	-	9,80
Escassez Hídrica	-	-	14,20	-

⁽¹⁾ A ANEEL aprovou, em 29 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de junho de 2022;

⁽²⁾ A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, em 31 de agosto de 2021, por meio da Resolução nº 3, a implementação da Bandeira de Escassez Hídrica criou adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de abril de 2022; e

⁽³⁾ A ANEEL aprovou, em 21 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.051, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2022.

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

Mês	2023	2022
Janeiro	Verde	Escassez hídrica
Fevereiro	Verde	Escassez hídrica
Março	Verde	Escassez hídrica
Abril	Verde	Escassez hídrica/Verde
Maio	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Verde	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Verde	Verde
Outubro	Verde	Verde
Novembro	Verde	Verde
Dezembro	Verde	Verde

8.4. Outros assuntos regulatórios

8.4.1 Sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade.

Diante desse cenário, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras, sendo os montantes involuntários estabelecidos como segue:

- 2016 e 2017: Despacho nº 2.168/2022;
- 2018: Despacho nº 4.395/2023.

Os resultados relativos à 2016-2018 estão sendo reconhecidos nos últimos eventos tarifários, enquanto os demais exercícios (2019-2023) estão contabilizados considerando as melhores estimativas, dada a metodologia vigente, proporcionalizando um saldo passivo de R\$29.191 (R\$27.486 em 2022)

Os valores reconhecidos no exercício, contabilizados na receita operacional bruta - Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização, foi de R\$33 (R\$1.771 em 2022) e R\$1.672 (R\$2.815 em 2022) de atualização financeira credora, registrado no resultado financeiro.

8.4.2 Geração Distribuída

Diante de posicionamentos recentes do regulador, por meio de notas técnicas, referente a neutralidade dos efeitos dos sistemas de geração distribuída (GD) no mecanismo tarifário das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a Administração do Grupo Energisa conclui que ainda há incertezas relevantes quanto ao reconhecimento e mensuração dos créditos de energia injetada pelos consumidores nas redes de distribuição do Grupo, originados pelos sistemas de geração distribuída, frente ao tratamento regulatório aplicável para mensuração da reversão destes créditos à modicidade tarifária após o período de 60 meses sem compensação.

Neste contexto, a Administração concluiu que nenhuma obrigação deve ser reconhecida nesse momento, até que tais incertezas sejam esclarecidas.

9. Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados para Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida na receita operacional.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros regulatórios serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos e Passivos financeiros setoriais	2023			2022		
	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total
Ativos Financeiros Setoriais						
Circulante	43.131	-	43.131	-	21.671	21.671
Não Circulante	-	-	-	-	80.811	80.811
	43.131	-	43.131	-	102.482	102.482
Passivo Financeiros Setoriais						
Circulante	65.169	16.784	81.953	15.530	3.762	19.292
Não Circulante	-	8.797	8.797	-	4.236	4.236
	65.169	25.581	90.750	15.530	7.998	23.528
Saldo líquido dos ativos e passivos	(22.038)	(25.581)	(47.619)	(15.530)	94.484	78.954

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2022	Receita Operacional		Remuneração	Crédito Pis/Cofins	Recebimentos/pagamentos		Saldos em 2023
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias ⁽¹⁾	Outros ⁽³⁾	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	(1.902)	(33.858)	17.163	(741)	-	-	-	(19.338)
Transporte de energia elétrica - Rede básica	38.529	48.167	(31.246)	5.609	-	-	-	61.059
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	6.491	(5.119)	(3.978)	(224)	-	-	-	(2.830)
Encargo de serviços de sistema ESS	(6.777)	14.129	2.661	415	-	(1.865)	-	8.563
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	29.423	(9.503)	(23.867)	(205)	-	-	-	(4.152)
Transporte de energia elétrica - Itaipu	4.774	2.885	(3.978)	370	-	-	-	4.051
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽²⁾	(13)	13	-	-	-	-	-	-
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	4.063	(19.900)	(3.148)	563	-	-	-	(18.422)
Sobrecontratação de energia	101.386	45.394	(56.087)	1.156	-	(7.411)	-	84.438
Devoluções Tarifárias ⁽¹⁾	(15.297)	(19.376)	15.442	(500)	-	-	-	(19.731)
CUSD	127	333	(284)	0	-	-	-	176
Exposição de submercados	485	(107)	(488)	(11)	-	-	-	(121)
Garantias financeiras	1.459	1.432	(1.381)	106	-	-	-	1.616
Saldo a compensar	8.367	3.590	(8.354)	(64)	-	-	-	3.539
Outros itens financeiros ⁽³⁾	(92.161)	(80.236)	172.066	(1.253)	(145.161)	-	278	(146.467)
Saldo líquido dos ativos e passivos	78.954	(52.156)	74.521	5.221	(145.161)	(9.276)	278	(47.619)

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2021	Receita Operacional		Remuneração	Crédito Pis/Cofins	Recebimentos / pagamentos		Saldos em 2022
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias ⁽¹⁾	Outros ⁽³⁾	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	50.260	(56.843)	(3.001)	9.040	-	(1.358)	-	(1.902)
Transporte de energia elétrica - Rede básica	(386)	38.576	(745)	1.084	-	-	-	38.529
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	2.197	11.809	(7.964)	449	-	-	-	6.491
Encargo de serviços de sistema ESS	114.319	(151.982)	(5.428)	2.792	-	33.522	-	(6.777)

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2021	Receita Operacional		Remuneração	Crédito Pis/Cofins	Recebimentos / pagamentos		Saldos em 2022
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias ⁽¹⁾	Outros ⁽³⁾	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.275)	61.488	(32.379)	1.589	-	-	-	29.423
Transporte de energia elétrica - Itaipu	4.056	3.863	(3.421)	276	-	-	-	4.774
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽¹⁾	-	(13)	-	-	-	-	-	(13)
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	12.860	(5.002)	(3.797)	2	-	-	-	4.063
Sobrecontratação de energia	24.763	80.819	(4.392)	3.752	-	(3.556)	-	101.386
Devoluções Tarifárias ⁽²⁾	(16.507)	(14.404)	16.320	(706)	-	-	-	(15.297)
CUSD	2.125	247	(2.242)	(3)	-	-	-	127
Exposição de submercados	8.475	(74)	(7.967)	51	-	-	-	485
Garantias financeiras	1.333	1.247	(1.210)	89	-	-	-	1.459
Saldo a compensar	1.592	9.730	(2.998)	43	-	-	-	8.367
Outros itens financeiros ⁽³⁾	(20.016)	25.841	85.714	105	(53.922)	-	(129.883)	(92.161)
Saldo líquido dos ativos e passivos	183.796	5.302	26.490	18.563	(53.922)	28.608	(129.883)	78.954

⁽¹⁾ **Devoluções tarifárias:** referem-se a receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas mensalmente e atualizadas com aplicação da variação da SELIC. Estes valores serão reconhecidos e amortizados no próximo processo tarifário da Companhia;

⁽²⁾ **Bandeiras Tarifárias CCRBT** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL;

Os valores recebidos pela Companhia referentes às bandeiras tarifárias em 2023, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, tem o montante de R\$9.276 (R\$28.608 em 2022).

⁽³⁾ **Outros itens financeiros:** inclui itens financeiros de característica não recorrentes e específicos tais como, diferimentos financeiros, postergação de aplicação de reajustes das tarifas de energia elétrica e repasse de Compensação DIC/FIC, entre outros conforme segue:

Repasse dos recursos da Conta de Comercialização de Itaipu - em fevereiro e setembro de 2022 a Companhia recebeu um montante de R\$29.082 de recursos da conta de comercialização de Itaipu. O processo de repasse do recurso da Conta de Comercialização de Energia de Itaipu para as concessionárias foi deliberado na Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL ocorrida em 30 de novembro de 2021.

Reversão Bônus Itaipu - o Financeiro de Recomposição à conta de comercialização de Itaipu, refere - se a metade da reversão do diferimento negativo, considerado no processo tarifário de 2021, associado ao repasse realizado pela conta de comercialização de Itaipu conforme Decretos 10.665/2021. O cálculo deste financeiro, foi realizado conforme previsto na NT 247/202113. No próximo processo tarifário deverá ser considerado montante residual. Esse valor pago em 2023 pelos consumidores no valor de R\$7.085 irá recompor a Conta de Comercialização de Itaipu.

Empréstimo Conta Escassez Hídrica - REN n° 1.008/2022 : a ANEEL por meio da Resolução Normativa n° 1.008, de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei n° 10.438, de 26 de abril de 2002, e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores.

Os recursos foram utilizados para cobertura dos custos, total ou parcialmente, por repasses da Conta Escassez Hídrica, dos seguintes itens: (i) custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução n° 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; (ii) custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021 e (iii) diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei n° 10.438, de 26 de abril de 2002.

A Conta Escassez Hídrica será vinculada a CDE, sob gestão da CCEE. A liquidação da operação financeira se dará mediante arrecadação via tarifa a ser realizada em quotas mensais a serem definidas nos eventos tarifários futuros.

A Companhia, protocolizou em 28 de março de 2022, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da conta escassez hídrica no valor máximo de R\$44.398, dos quais R\$7.899 correspondem ao custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021, R\$16.189 de ressarcimento dos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução n° 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG e R\$20.310 destinados aos diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei n° 10.438, de 26 de abril de 2002. O valor foi recebido em 09 de maio de 2022.

Crédito do PIS e COFINS - conforme Lei nº 14.385/2022 que disciplinou a devolução dos valores relacionados à retirada do ICMS da base do PIS/COFINS, a Aneel reconheceu nos processos tarifários os valores a serem revertidos aos consumidores, e estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado do período.

Valores reconhecidos nos processos tarifários	
2023	2022
RTA	RTA
112.001	87.083

Valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE: refere-se a valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. O montante recebido em 2023 foi de R\$6.807(R\$ 56.404 em 2022).

Repasse Bandeira Escassez Hídrica - no processo tarifário de 2021, foi considerado o financeiro negativo denominado “Bandeira Escassez Hídrica”, cujo propósito era o de não repassar, às tarifas definidas naquele processo, o déficit até então acumulado pelas distribuidoras na Conta Bandeiras. No processo tarifário de 2023, o financeiro em questão será revertido, visto que, na apuração da CVA, está sendo realizado o encontro de contas entre: 1) o total de arrecadação associada à Bandeira Escassez Hídrica e; 2) os déficits acumulados até o processo tarifário de 2021 somados aos custos incorridos pela distribuidora posteriormente ao processo tarifário de 2021, conforme descrito na Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021, com a inclusão do patamar específico de Bandeira Escassez Hídrica.

10. Outros créditos

	2023	2022
Adiantamentos a empregados	1.986	1.735
Adiantamentos a fornecedores	2.681	2.629
Dispêndios a reembolsar	239	239
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	19.203	33.996
Outros créditos a Receber - CELPA ⁽¹⁾	36.040	36.035
(-) Ajuste a Valor presente - CELPA ⁽¹⁾	(10.072)	(11.009)
Despesas pagas antecipadamente	6.267	6.745
Subvenção - Baixa Renda ⁽²⁾	5.907	5.110
Subvenção CDE - descontos tarifários ⁽³⁾	12.135	6.499
Bônus - Reembolso do Fundo CDE	243	266
Outras ordens de serviço ⁽⁴⁾	3.913	3.373
Créditos a receber de terceiros alienação de bens e direitos ⁽⁵⁾	16.609	10.949
Outros créditos a receber ⁽⁶⁾	2.323	615
Total	97.474	97.182
Circulante	71.507	72.157
Não circulante	25.967	25.025

⁽¹⁾ **Outros Créditos a receber da Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA** - refere-se a créditos oriundos de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a empresa Equatorial Energia S/A, realizado em 25 de setembro de 2012. O saldo a receber será atualizado mensalmente aplicando a taxa de juros capitalizados de 6% a.a. O recebimento do principal será realizado em amortizações semestrais nas seguintes condições: (i) de março de 2027 a setembro de 2030, amortização de 5% a.a., (ii) de março de 2031 a setembro de 2033, amortização de 10% a.a. e (iii) o saldo restante de 50% em setembro de 2034. Os juros serão recebidos semestralmente a partir de setembro de 2019.

⁽²⁾ **Subvenção Baixa Renda** - refere-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo refere-se as provisões dos meses de novembro e dezembro de 2023, com estimativa de recebimento para o próximo trimestre, após validação da ANEEL. A Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021 - circulante	5.110	5.856
Subvenção Baixa Renda	34.278	29.333
Ressarcimentos realizados pela CCEE	(33.481)	(30.079)
Saldo em 2023 e 2022 - circulante	5.907	5.110

- (3) **Subvenção CDE - Descontos Tarifários** - referem-se às subvenções da CDE para custear os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como: Carga Fonte incentivada; Geração Fonte Incentivada; Água, Esgoto e Saneamento; Rural; Irrigante/Aquicultor; e SCEE. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais.

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021 - circulante	6.499	16.089
Subsídios	105.442	89.161
Ressarcimento realizados pela CCEE ^(*)	(99.806)	(98.751)
Saldo em 2023 e 2022 - circulante	12.135	6.499

(*) A partir dos processos tarifários de 2023 passou a compor o valor do repasse de subvenção da CDE o subsídio tarifário relacionado ao desconto aplicado no faturamento da energia compensada associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE, conforme disposto no art. 27 da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, respeitando a regra de transição aplicável ao faturamento de cada unidade consumidora participante do SCEE.

- (4) **Outras ordens de serviço:** referem-se, em sua maioria, às ordens de desativação em curso, em que os ativos retirados das linhas e redes foram devolvidos aos almoxarifados, porém o processo de fechamento das ordens não foi concluído. A Administração tem efetuado esforços para concluir os trabalhos dos processos objetivando reduzir os saldos.
- (5) **Créditos a receber de terceiros alienação de bens e direitos:** referem-se a uso mútuo de poste e venda de sucatas.
- (6) **Outros créditos a receber:** Inclui R\$200 (R\$200 em 2022) referente a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa.

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A que detém 99,26% do capital total, que por sua vez, possui o controle acionário das seguintes Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A		
· Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A;	EMS	Distribuição de energia
· Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
· Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A;	EMT	Distribuição de energia
· Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
· Rede Power Holding de Energia S/A;	REDE POWER	Holding
· Companhia Técnica de Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
· QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding

A Rede Energia Participações S/A é controlada pela Denerge Desenvolvimento Energético S/A, que por sua vez é controlada pela Energisa S/A, que detém o controle direto das seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	EMR	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
· Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A;	EGCS-RP1	Parque Solar
· Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A;	EGCS-RP2	Parque Solar
· Energisa Transmissão de Energia S/A;	ETE	Holding
· Voltz Capital S/A;	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A;	ALSOL	Holding e Geração Distribuída
· Energisa Biogás S/A.;	EBG	Holding

	Sigla	Ramo de atividade
· Energisa Distribuição de Gás S/A; e	EDG	Holding
· Energisa Participações Nordeste S/A.	EPN	Holding

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Denerge Desenvolvimento Energético S/A (controladora a Rede Energia Participações S/A), Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Gemini Energy S/A, Alsol Energias Renováveis S/A, Energisa Biogás S/A (EBG), Energisa Distribuição de Gás S/A (EDG) e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação nas seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:		
· Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
· Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
· Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
· Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A;	EPTE	Transmissão de energia
· Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A;	EAP	Transmissão de energia
· Gemini Energy S/A.	GEMINI	Holding
· Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IV S/A;	ETE IV	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia V S/A;	ETE V	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VII S/A;	ETE VII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VIII S/A; e	ETE VIII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IX S/A.	ETE IX	Transmissão de energia
Controladas diretas da Gemini Energy S/A:		
· Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A;	LMTE	Transmissão de energia
· Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A;	LXTE	Transmissão de energia
· Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A;	LTTE	Transmissão de energia
· Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A; e	LITE	Transmissão de energia
· Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Serviços
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
· Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração de energia distribuída
· URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I LTDA;	REENERGISA I	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A;	REENERGISA II	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A;	REENERGISA III	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A;	REENERGISA IV	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A;	REENERGISA VI	Geração de energia distribuída
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração de energia distribuída
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLOWSOLAR	Geração de energia distribuída
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração de energia distribuída
Controladas diretas da Energisa Soluções S/A:		
· Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A.	ESOLC	Serviços
Controladas diretas da Energisa Biogás S/A:		
· Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A.	AGRIC	Usina de compostagem
Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás S/A		
· Companhia de Gás do Espírito Santo - ES Gás	ESGAS	Produção Gás

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

	Serviços contratados (Despesas)	Compartilhamento ⁽⁸⁾	Disponibilização do sistema - receita / (despesa)	Debêntures despesas financeiras	Saldo a pagar (receber)	Saldo a pagar de debêntures	Saldos a receber (pagar) - Disponibilização de sistema
ESA ^(1 e 2)	(33.706)	(3.592)	-	(12.947)	(5.435)	(179.791)	-
EMS ⁽³⁾	-	(697)	9.599	-	(64)	-	316

	Serviços contratados (Despesas)	Compartilhamento ⁽⁸⁾	Disponibilização do sistema - receita / (despesa)	Debêntures despesas financeiras	Saldo a pagar (receber)	Saldo a pagar de debêntures	Saldos a receber (pagar) - Disponibilização de sistema
ESOLC ⁽⁴⁾	(35.595)	-	-	-	(6.627)	-	-
ESOL ^(4 e 5)	(3.632)	-	-	-	(241)	-	-
MULTI ⁽⁶⁾	(5.008)	-	-	-	(850)	-	-
ESE	-	(3)	-	-	6	-	-
ECOM	-	(122)	-	-	(14)	-	-
EPB	-	(3.926)	-	-	(404)	-	-
ETO	-	275	-	-	30	-	-
EMT	-	278	-	-	33	-	-
EAC	-	22	-	-	-	-	-
ERO	-	63	-	-	(5)	-	-
EMR	-	(1.757)	-	-	(190)	-	-
EGO I ⁽⁷⁾	-	4	(226)	-	1	-	-
EPA I ⁽⁷⁾	-	5	(211)	-	1	-	-
EPA II ⁽⁷⁾	-	3	(165)	-	-	-	-
ETT ⁽⁷⁾	-	1	(322)	-	-	-	-
EAM ⁽⁷⁾	-	-	(36)	-	-	-	-
EPT ⁽⁷⁾	-	-	(13)	-	-	-	-
LMTE ⁽⁷⁾	-	-	(644)	-	-	-	(21)
LXTE ⁽⁷⁾	-	-	(746)	-	-	-	(23)
LTTE ⁽⁷⁾	-	-	(252)	-	-	-	-
ESEA ⁽⁹⁾	(270)	-	-	-	-	-	-
ALSOL ⁽¹⁰⁾	(307)	-	-	-	-	-	-
2023	(78.518)	(9.446)	6.984	(12.947)	(13.759)	(179.791)	272
2022	(69.175)	(12.661)	5.596	(21.960)	(17.308)	(131.377)	434

(1) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas:** referem-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual; e

Serviços de informática e licenciamento de softwares: contrato de prestação de serviços de informática e licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$82.982, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de *BI - Business Intelligence*; (iv) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de *BI Business Intelligence*; (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de Implantação de Sistemas e (vii) Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022;

(2) A Companhia efetuou a 1ª, 3ª, 6ª (1ª série) e 10ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela controladora Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19. Em 2023 o valor atualizado é de R\$179.791 (R\$131.377 em 2022);

(3) Refere-se a contratos de CUSD - Contratos de Uso do Sistema de Distribuição;

(4) Refere-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026;

(5) **Contrato de prestação de serviços:** refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho ANEEL nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02 de setembro de 2022 e vencimento em 02 de setembro de 2027;

(6) Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL, com vencimento em fevereiro/2024. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;

(7) Refere-se ao custo transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto em contrato com vencimento em 2025;

- (8) **Contrato de compartilhamento:** em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições de mercado vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, de 25 de março de 2022;
- (9) Refere-se a serviços aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento;
- (10) Refere-se a serviços de execução dos projetos de P&D, o contrato tem vigência até dezembro de 2024.

Remuneração dos administradores

	2023	2022
Remuneração anual ⁽¹⁾	4.508	4.397
Remuneração da Diretoria	1.980	1.714
Outros benefícios ⁽²⁾	1.282	1.388

(1) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2023 foi aprovado na AGOE de 27 de abril de 2023.

(2) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro de 2023, foram de R\$82 e R\$3 (R\$78 e R\$2 em 2022), respectivamente. A remuneração média do período foi de R\$22 (R\$21 em 2022).

Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um plano de (ILP). Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em *Units* da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações (*Units*), de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de quatro programas de concessão de ações (units) em andamento: (i) 4º Programa, de Performance Shares, que teve a realização da outorga em maio de 2021 e o encerramento do vesting previsto para maio de 2024; (ii) 5º Programa, de Performance Shares, que teve a realização da outorga em maio de 2022 e o encerramento do vesting previsto para maio de 2025 (iii) e o 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de Restricted Shares (Matching), iniciado em dezembro de 2023 e o segundo Performance Shares, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do vesting previsto para maio de 2026.

O 4º e 5º Programas são associados as condições de performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Fluxo de Caixa Livre, que compõem o Fator de Desempenho e que ao final do período de vesting, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º Programa de Performance Shares é associado as condições de performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11), que ao final do período de vesting, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º Programa de Restricted Shares (Matching) é associado ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de units ENGI11 e, após o período de vesting, caso não tenha acontecido nenhuma movimentação nas units por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de units compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) unit adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) unit.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	2º programa ILP ⁽¹⁾	3º programa ILP ⁽¹⁾	4º programa ILP	5º programa ILP	6º programa (Restricted Shares)	6º programa (Restricted Shares)
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Valor médio da ação do fechamento dos últimos 60 dias a partir de 27/09/2023	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	8.476	9.565	11.292	17.686	9.336	9.336
Opções de ações prescritas	-	-	-	-	N/A	N/A
Data aprovação do Conselho de Administração	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021	12/05/2022	27/09/2023	27/09/2023
Data início vesting	10/05/2019	21/12/2020	14/05/2021	13/05/2022	11/12/2023	30/10/2023
Prazo de carência	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses
Taxa de juros livre de risco	7,7%	5,260%	7,880%	12,550%	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI					N/A	-
Volatilidade	25,06%	50,51%	35,09%	34,88%	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	R\$ 54,97	R\$ 43,69	R\$ 37,19	R\$ 37,90	R\$ 48,40	R\$ 48,40
Movimentação	Liquidado	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

⁽¹⁾ Em 01 de junho de 2023 foi assinado o termo de quitação e ciência do 3º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de Units previstos no programa, em decorrência do não atingimento de todos os índices requeridos e em 12 de maio de 2022, o Conselho de Administração da controladora Energisa S/A, aprovou a liquidação do 2º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo cujo montante foi de R\$338 representativo de 7.681 Units, já líquido de imposto de renda retido na fonte de responsabilidade do beneficiário

⁽²⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o *Total Shareholder Return - TSR*) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa;

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (*units*) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “*pro rata temporis*”, que se inicia na data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No exercício de 2023 foram reconhecidos R\$494 (R\$470 em 2022) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do período na rubrica de despesas gerais e administrativas - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$1.856 (R\$1.362 em 2022).

12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das informações financeiras intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada ao fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2023	2022
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de Renda	52.290	43.902
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	18.824	15.805
Total - ativo não circulante	71.115	59.707
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de Renda	(15.894)	(13.506)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(5.722)	(4.862)
Total - passivo não circulante	(21.616)	(18.368)
Total líquido - ativo não circulante	49.499	41.339

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	2023		2022	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Parcela do VNR do ativo financeiro	57.530	19.560	59.132	20.105
Provisão ajuste atuarial	52.144	17.729	44.418	15.102
Provisão para Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa - PPECLD	39.304	13.363	37.025	12.589
Outras adições temporárias	19.839	6.745	18.687	6.354
Outras provisões	17.572	5.974	(2.484)	(845)
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	15.051	5.117	15.067	5.123
Marcação a mercado - dívida	4.775	1.624	(13.212)	(4.492)
Ajuste a valor presente	1.066	362	1.276	434
Marcação a mercado derivativo	(25.228)	(8.578)	(30.138)	(10.247)
Outras exclusões temporárias	(36.463)	(12.397)	(8.186)	(2.784)
Total - ativo não circulante	145.590	49.499	121.585	41.339

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2024	4.338
2025	4.497
2026	5.844
2027	7.082
2028	7.366
2029 a 2030	14.947
2031 a 2033	27.041
Total	71.115

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados são demonstrados a seguir:

Alíquota efetiva	2023	2022
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	209.178	187.632
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais	(71.121)	(63.795)
Ajustes:		
Incentivos fiscais - Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽¹⁾	2.268	4.990
Outros Incentivos fiscais ⁽²⁾	1.968	1.254
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multas etc.)	(842)	(1.739)
Outros Créditos (Débitos) de períodos anteriores	(2.823)	407
Outras exclusões permanentes	-	1.794
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(70.550)	(57.089)
Alíquota efetiva	33,73%	30,41%

⁽¹⁾ Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005.

⁽²⁾ Inclui outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário

A Companhia em agosto de 2021 impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal - STF julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acórdão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021.

A Companhia avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A Administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores do passivo, que em 31 de dezembro 2023 compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

13. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o exercício e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e a ANEEL.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$8.319 (R\$8.178 em 2022).

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Ativo financeiro valor justo	2023	2022
Ativo financeiro valor justo - em 2022 e 2021	165.812	136.028
Adições no exercício ⁽¹⁾	43.771	21.616
Baixas nos exercícios	(86)	(10)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	8.319	8.178
Ativo financeiro valor justo - em 2023 e 2022	217.816	165.812

⁽¹⁾ Refere-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

⁽²⁾ Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a Valor Justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. Ativo contratual - infraestrutura em construção

No ativo contratual são registrados os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos são incorporados ao custo da construção da infraestrutura, e são apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	SalDOS em 2022	Adição	Transferências		SalDOS em 2023
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	124.517	294.546	(232.322)	(46.856)	139.885
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	52.488	29.652	(23.094)	(3.085)	55.961
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	72.029	264.894	(209.228)	(43.771)	83.924

	SalDOS em 2021	Adição	Transferências		SalDOS em 2022
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	64.761	231.305	(147.964)	(23.585)	124.517
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	45.249	29.179	(19.971)	(1.969)	52.488
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	19.512	202.126	(127.993)	(21.616)	72.029

(1) O montante de R\$209.228 (R\$127.993 em 2022) foi transferido para o Intangível - contrato de concessão.

(2) As baixas no montante de R\$43.771 (R\$21.616 em 2022) referem-se as transferências para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual - infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

15. Imobilizado

	Taxa Média de Depreciação	2022	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	2023
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	10.738	-	2.200	-	-	12.938
Máquinas e Equipamentos	14,06%	22.864	-	2.522	(30)	-	25.356
Veículos	14,29%	250	-	617	-	-	867
Móveis e utensílios	6,25%	7.738	-	186	-	-	7.924
Total do imobilizado em serviço		41.590	-	5.525	(30)	-	47.085
Depreciação acumulada							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(478)	-	-	-	(390)	(868)
Máquinas e Equipamentos		(16.577)	-	-	-	(1.515)	(18.092)
Veículos		(49)	-	-	-	(79)	(128)
Móveis e utensílios		(6.301)	-	-	-	(137)	(6.438)
Total Depreciação acumulada		(23.405)	-	-	-	(2.121)	(25.526)

	Taxa Média de Depreciação	2022	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	2023
Subtotal Imobilizado		18.185	-	5.525	(30)	(2.121)	21.559
Imobilizado em curso		3.138	6.236	(5.525)	-	-	3.849
Total do Imobilizado		21.323	6.236	-	(30)	(2.121)	25.408

	Taxa Média de Depreciação	2021	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	2022
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	7.355	-	3.383	-	-	10.738
Máquinas e Equipamentos	14,67%	20.696	-	2.168	-	-	22.864
Veículos	14,29%	250	-	-	-	-	250
Móveis e utensílios	6,25%	7.454	-	316	(32)	-	7.738
Total do imobilizado em serviço		35.755	-	5.867	(32)	-	41.590
Depreciação acumulada							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(176)	-	-	-	(302)	(478)
Máquinas e Equipamentos		(15.104)	-	-	-	(1.473)	(16.577)
Veículos		(14)	-	-	-	(35)	(49)
Móveis e utensílios		(6.219)	-	-	32	(114)	(6.301)
Total Depreciação acumulada		(21.513)	-	-	32	(1.924)	(23.405)
Subtotal Imobilizado		14.242	-	5.867	-	(1.924)	18.185
Imobilizado em curso		4.130	4.875	(5.867)	-	-	3.138
Total do Imobilizado		18.372	4.875	-	-	(1.924)	21.323

16. Intangível

	2023	2022
Intangível - contrato de concessão	1.044.724	910.765
Intangível - direito de uso	573	882
Intangível - software	27.812	21.454
Total	1.073.109	933.101

16.1. Intangível - contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização	2022	Adição (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	2023
Intangível em Serviço						
Custo	4,29%	2.232.163	232.322	(20.716)	-	2.443.769
Amortização acumulada		(1.077.820)	-	17.978	(91.085)	(1.150.927)
Subtotal		1.154.343	232.322	(2.738)	(91.085)	1.292.842
Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,94%	464.845	23.094	(64)	-	487.875
Amortização acumulada		(221.267)	-	-	(18.490)	(239.757)
Subtotal		243.578	23.094	(64)	(18.490)	248.118
Total do Intangível - contrato de concessão		910.765	209.228	(2.674)	(72.595)	1.044.724

	Taxa Média de Amortização	2021	Adição (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	2022
Intangível em Serviço						
Custo	4,39%	2.103.399	147.964	(19.200)	-	2.232.163
Amortização acumulada		(1.009.343)	(41)	17.352	(85.788)	(1.077.820)

	Taxa Média de Amortização	2021	Adição ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	2022
Subtotal		1.094.056	147.923	(1.848)	(85.788)	1.154.343
Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,87%	444.874	19.971	-	-	464.845
Amortização acumulada		(204.016)	(41)	-	(17.210)	(221.267)
Subtotal		240.858	19.930	-	(17.210)	243.578
Total do Intangível - contrato de concessão		853.198	127.993	(1.848)	(68.578)	910.765

(1) Do montante de R\$209.228 (R\$127.993 em 2022) foram transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção - contrato de concessão.

(2) O montante de R\$2.674 (R\$1.848 em 2022) refere-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(3) A Companhia reconheceu no exercício créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$4.511 (R\$4.323 em 2022) e não inclui o montante de R\$4 referente a provisão de despesa de amortização de incorporações de redes.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia elétrica, não podendo ser alienada, cedida ou dada em garantia sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 948 de 16 de novembro de 2021 aprovou os procedimentos para desvinculação de bens vinculados à prestação do serviço público de energia elétrica, como também dispensou a obrigação de anuência prévia no caso de desvinculação de bens considerados inservíveis. Determinou, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição de energia elétrica. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,29% (4,39% em 2022).

Obrigações vinculadas a concessão

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	2023	2022
Contribuição do consumidor ⁽¹⁾	304.544	274.382
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	199.500	199.500
Reserva para reversão	4.809	5.383
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente ⁽³⁾	41.333	41.333
(-) Amortização acumulada	(239.757)	(221.267)
Total	310.429	299.331
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	6.350	3.265
Ativo contratual - Infraestrutura em construção e intangível em curso	55.961	52.488
Intangível - contrato de concessão	248.118	243.578
Total	310.429	299.331

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao Programa Luz para Todos.

(3) A Companhia passou pelo 4º ciclo de revisão tarifária e os valores decorrentes da Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente, a partir de dezembro de 2016, passaram a ser apropriados em passivos financeiros setoriais (CVA) - devoluções tarifárias, conforme determina a Resolução Normativa nº 660, de 28 de abril de 2015 e Despacho da ANEEL nº 245, de 28 de janeiro de 2016.

16.2. Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originado pela aplicação da norma contábil CPC 06 (R2), e são amortizados em conformidade com a vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização	2022	Amortização	2023
Intangível - direito de uso - Imóveis				
Custo	5,81%	5.317	-	5.317
Amortização acumulada		(4.435)	(309)	(4.744)
Total do intangível - direito de uso - Imóveis		882	(309)	573

	Taxa Média de Amortização	2021	Amortização	2022
Intangível - direito de uso - Imóveis				
Custo	14,33%	5.317	-	5.317
Amortização acumulada		(3.673)	(762)	(4.435)
Total do intangível - direito de uso - Imóveis		1.644	(762)	882

16.3. Intangível - software

	Taxa Média de Amortização	2022	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	2023
Intangível - software e outros							
Custo	20,00%	39.106	-	21.024	(64)	-	60.066
Amortização acumulada		(28.089)	-	-	-	(5.012)	(33.101)
Em curso		10.437	11.434	(21.024)	-	-	847
Total intangível - software e outros		21.454	11.434	-	(64)	(5.012)	27.812

	Taxa Média de Amortização	2021	Adição	Transferências	Amortização	2022
Intangível - software e outros						
Custo	20,00%	32.959	-	6.147	-	39.106
Amortização acumulada		(24.707)	-	-	(3.382)	(28.089)
Em curso		5.511	11.073	(6.147)	-	10.437
Total intangível - software e outros		13.763	11.073	-	(3.382)	21.454

17. Fornecedores

	2023	2022
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	165.839	164.257
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ⁽¹⁾	30.343	26.206
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	2.690	7.287
Encargos de Serviços do Sistema ⁽³⁾	3.798	203
Encargos do uso da rede elétrica ⁽¹⁾	9.217	6.354
Encargos de conexão ⁽¹⁾	944	706
Materiais, serviços e outros ⁽⁴⁾	59.042	40.070
Total	271.873	245.083
Circulante	264.641	237.776
Não Circulante	7.232	7.307

⁽¹⁾ Compra de energia elétrica, operador nacional do sistema elétrico e encargos do uso da rede elétrica - referem-se à aquisição de energia elétrica de geradores, aos custos de transmissão e ao uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias

- (2) **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE** - A conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões da liquidação de energia MCP (Mercado de Curto Prazo), efeito das cotas (Garantia Física, Angra e Itaipu) e efeito dos contratos por disponibilidade. As principais variações foram motivadas pela realização da carga mensal da área de concessão e dos contratos da distribuidora. O PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) precificas as liquidações de energia no MCP e valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.
- (3) **Encargos do serviço do sistema** - Os valores referem-se aos despachos de térmicas fora da ordem de mérito de custo. Em 2022 as condições hidrológicas eram favoráveis, assim não houve necessidade de grandes despachos fora da ordem de mérito. Para 2023, houve necessidade de acionar térmicas para atender a carga do SIN em função das ondas de calores observadas nos meses de novembro e dezembro.
- (4) **Materiais, serviços e outros** - refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxitos de advogados por conta de processos judiciais.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
Mensuradas ao custo amortizado								
Moeda Nacional								
INPC	15.786	932	(2.672)	(761)	1.456	-	-	14.741
IPCA	138.462	-	(11.863)	(6.868)	13.193	-	-	132.924
CDI	279.288	50.000	(9.529)	(28.469)	41.961	-	-	333.251
(-) Custo com captação	(1.739)	-	-	-	624	(292)	-	(1.407)
Total do custo amortizado	431.797	50.932	(24.064)	(36.098)	57.234	(292)	-	479.509
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	193.597	-	-	(6.737)	(7.242)	-	-	179.618
Euro	148.829	-	(147.782)	(323)	(724)	-	-	-
Marcação a mercado	(6.866)	-	-	-	-	-	2.183	(4.683)
Total ao valor justo	335.560	-	(147.782)	(7.060)	(7.966)	-	2.183	174.935
Total	767.357	50.932	(171.846)	(43.158)	49.268	(292)	2.183	654.444
Circulante	200.864							262.021
Não circulante	566.493							392.423

	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado								
Moeda Nacional								
INPC	8.204	10.767	(3.975)	(581)	1.371	-	-	15.786
IPCA	138.636	-	(8.605)	(7.121)	15.552	-	-	138.462
CDI	113.135	150.000	(8.999)	(1.060)	26.212	-	-	279.288
(-) Custo com captação	(997)	-	-	-	412	(1.154)	-	(1.739)
Total do custo	258.978	160.767	(21.579)	(8.762)	43.547	(1.154)	-	431.797
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	244.535	82.407	(117.957)	(5.016)	(10.372)	-	-	193.597
Euro	323.453	-	(125.563)	(1.955)	(47.106)	-	-	148.829
(-) Custo com captação	(52)	-	-	-	52	-	-	-
Marcação a mercado	200	-	-	-	-	-	(7.066)	(6.866)
Total ao valor justo	568.136	82.407	(243.520)	(6.971)	(57.426)	-	(7.066)	335.560
Total	827.114	243.174	(265.099)	(15.733)	(13.879)	(1.154)	(7.066)	767.357
Circulante	283.793							200.864
Não circulante	543.321							566.493

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros ⁽¹⁾ (% a.a.)	Taxa efetiva de SWAP ⁽⁹⁾ (% a.a.)	Garantias ⁽⁵⁾	Covenants ⁽⁴⁾
	2023	2022								
BNDES - 20.2.0497-1	132.924	138.462	IPCA + 2.10% + 3.00%	-	dez/34	A partir de abr/22 a.m.	9,72%	-	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD ^(6 e 7)	11.991	12.954	INPC + 4.91%	-	abr/30	A partir de jan/21 a.m.	8,62%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Risco ^(6, 7 e 8)	-	32	INPC + 5.45%	-	nov/33	A partir de jan/21 a.m.	9,16%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Elétricas BD I ^(6, 7 e 8)	-	181	INPC + 4.75%	-	ago/29	A partir de jan/21 a.m.	8,46%	-	A	NA
NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 2ª SÉRIE ⁽⁴⁾	-	11.178	CDI + 1.50%	-	ago/23	Final	14,65%	-	A	2
NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 3ª SÉRIE ⁽⁴⁾	123.096	107.299	CDI + 1.50%	-	ago/24	Final	14,65%	-	A	2
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Elétricas BD I ^(6 e 7)	2.206	2.240	INPC + 4.75%	-	fev/36	A partir de abr/22 a.m.	8,46%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Risco ^(6, 7 e 8)	-	379	INPC + 5.17%	-	fev/38	A partir de abr/22 a.m.	8,88%	-	A	NA
1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL	160.079	160.811	CDI + 1.55%	-	jul/26	A partir de jul/25 a.a.	14,70%	-	A	2
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Elétricas OP ^(6 e 7)	544	-	INPC + 5.04%	-	dez/32	A partir de jan/23 a.m.	8,75%	-	A	NA
2ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA ⁽⁴⁾	50.076	-	CDI + 1.80%	-	jun/25	Final	14,95%	-	A	2
(-) Custo com captação	(1.407)	(1.739)								
Total em Moeda Nacional	479.509	431.797								
Merrill lynch Loan ⁽²⁾	-	148.829	EURO + 0.73%	CDI + 0,95%	jan/23	Final	-3,18%	14,10%	A	2
Scotiabank Loan - 14122021 ⁽²⁾	119.365	128.637	USD + 1.98%	CDI + 1,60%	dez/24	Final	-5,23%	14,75%	A	2
Scotiabank Loan - 13102022 ⁽²⁾	60.253	64.960	USD + 5,25%	CDI + 1,40%	out/25	Final	-1,96%	14,55%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽³⁾	(4.683)	(6.866)								
Total em Moeda Estrangeira	174.935	335.560								
Total	654.444	767.357								

- (1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas o exercício findo. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do *hedge* cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 32 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos;
- (2) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de *swap* cambial e instrumento financeiro derivativo (vide nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos);
- (3) Em 31 de dezembro de 2023 estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* de valor justo ou pela designação como *Fair Value Option* (vide nota explicativa nº 32 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos);
- (4) Condições de *covenants*: o contrato possui cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado ^(*)	⁽²⁾ Menor ou igual a: 4,25 até o vencimento	Trimestral e Anual

(*) EBTIDA Ajustado = EBTIDA + Receitas de acréscimos moratórios

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2023, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (5) A = Aval Energisa S/A, R= Recebíveis;
- (6) Contrato firmado com a EnergisaPrev - Fundação Energisa de Previdência em decorrência da migração dos planos de benefício definido para o plano de contribuição definida, ocorrida nos anos de 2020, 2021 e 2022.
- (7) Alteração efetuada nos planos de previdência em função da Instrução PREVIC nº 31/2020, incorrendo em uma reclassificação na patrocinadora entre as rubricas benefício pós emprego e empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas. Os contratos têm como finalidade a cobertura dos déficits dos planos de previdência.
- (8) Em dezembro de 2023 fizemos a liquidação antecipada dos contratos da EnergisaPrev no valor total de R\$935

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do

fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período:

Moeda/indicadores	2023	2022
US\$ x R\$	-7,21%	-6,50%
CDI	13,15%	12,39%
IPCA	4,62%	5,78%
LIBOR	5,55%	2,40%
Euro x R\$	-3,91%	-11,89%
INPC	3,71%	5,93%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2023
2025	198.533
2026	89.099
2027	14.225
2028	14.225
Após 2028	76.341
Total	392.423

19. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	2023
Mensuradas ao custo amortizado - Pós fixado								
CDI	189.490	150.000	-	(36.143)	42.865	-	-	346.212
IPCA	308.679	42.000	(30.664)	(16.266)	30.054	-	-	333.803
(-) Custo com captação	(5.865)	-	-	-	1.350	(1.866)	-	(6.381)
Marcação a mercado	(6.346)	-	-	-	-	-	15.804	9.458
Total do custo amortizado	485.958	192.000	(30.664)	(52.409)	74.269	(1.866)	15.804	683.092
Circulante	42.930							109.005
Não circulante	443.028							574.087

	2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e custos	Custos apropriados	Marcação Mercado da Dívida	2022
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixados								
CDI	97.324	120.000	(34.948)	(10.685)	17.799	-	-	189.490
IPCA	276.678	81.000	(68.364)	(16.461)	35.826	-	-	308.679
(-) Custo com captação	(3.420)	-	-	-	1.340	(3.785)	-	(5.865)
Marcação a mercado	187	-	-	-	-	-	(6.533)	(6.346)
Total do custo amortizado	370.769	201.000	(103.312)	(27.146)	54.965	(3.785)	(6.533)	485.958
Circulante	107.127							42.930
Não circulante	263.642							443.028

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal (a.a.)	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Taxa efetiva de SWAP ⁽³⁾ (% a.a.)	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽²⁾
	2023	2022										
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	55.533	53.098	15/06/2017	16511 / 16511	IPCA + 5.66%	102,65% CDI	jun/24	Final	10,28%	13,50%	SG	NA
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2.234	2.136	15/10/2017	1599 / 1599	IPCA + 4.71%	101,60% CDI	out/24	Final	9,33%	13,36%	SG	NA
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	4.163	3.981	15/10/2017	2977 / 2977	IPCA + 5.11%	103,50% CDI	out/27	Final	9,73%	13,61%	SG	NA
Debêntures 4ª Emissão Série Única	62.770	90.038	15/09/2018	70000 / 70000	IPCA + 5.08%	103,70% CDI	set/25	A partir de set/23	9,70%	13,64%	A	1
Debêntures 5ª Emissão	62.937	63.237	15/02/2020	60000 / 60000	CDI + 1.15%	-	fev/25	Final	14,30%	-	A	1
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	8.648	8.271	11/10/2020	6880 / 6880	IPCA + 4.23%	CDI + 0,835%	out/27	Final	8,85%	13,99%	SG	NA
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	66.802	63.891	11/10/2020	53120 / 53120	IPCA + 4.47%	CDI + 1,80%	out/30	A partir de out/28	9,09%	14,95%	SG	NA
Debêntures 7ª Emissão	91.242	87.264	15/01/2022	81000 / 81000	IPCA + 6.10%	CDI + 0,814%	jan/32	A partir de jan/30	10,72%	13,96%	A	2
Debêntures 8ª Emissão	125.732	126.253	22/08/2022	120000 / 120000	CDI + 1.60%	-	ago/27	A partir de ago/26	14,75%	-	A	2
Debêntures 9ª Emissão	157.543	-	15/02/2023	150000 / 150000	CDI + 1.50%	-	fev/26	A partir de ago/26	14,65%	-	A	2
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	5.844	-	13/09/2023	5789 / 5789	IPCA + 6.17%	-	set/30	A partir de ago/26	10,79%	-	SG	NA
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	36.567	-	13/09/2023	36211 / 36211	IPCA + 6.45%	-	set/33	A partir de ago/26	11,07%	-	SG	NA
(-) Custos de captação	(6.381)	(5.865)										
Marcação à Mercado de Dívida	9.458	(6.346)										
Total	683.092	485.958										

(1) A = Aval Energisa S/A, SG = Sem garantia;

(2) Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	(1) Menor ou igual a: 4,0x até o vencimento, para emissões até março de 2020 (2) Menor ou igual a: 4,25x até o vencimento, para demais emissões	Trimestral e Anual

(*) EBTIDA Ajustado = EBTIDA + Receitas de acréscimos moratórios

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2023, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 15 de fevereiro de 2023 a Companhia efetuou a 9ª emissão de debêntures em moeda corrente, no montante de 150.000 títulos com vencimento em 15 de fevereiro de 2026 e remuneração de CDI mais 1,50% ao ano. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 06 de março de 2023 e serão destinados à gestão ordinária dos negócios da Companhia.

Em 13 de setembro de 2023 a Companhia efetuou a 10ª emissão de debêntures em moeda corrente, no montante de R\$42.000, sendo para a 1ª Série R\$5.789 com vencimento em 13 de setembro de 2030 e remuneração de IPCA mais 6,17% ao ano, para a 2ª Série R\$36.211 com vencimento em 13 de setembro de 2033 e remuneração de IPCA mais 6,45% ao ano. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 10 de novembro de 2022 e serão destinados ao financiamento dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica. A totalidade das emissões das debêntures foram totalmente adquiridas pela controladora Energisa S/A.

Vencimentos

As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Total
2025	90.874
2026	209.225
2027	72.167
2028	21.442
Após 2028	180.379
Total	574.087

20. Impostos e contribuições sociais

	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ⁽¹⁾	157.153	112.765
Encargos Sociais	7.870	5.451
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	13.854	2.187
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	2.880	496
Contribuições ao PIS e a COFINS	10.470	9.051
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	400	2.061
Imposto Sobre Serviços - ISS	776	880
Parcelamento de impostos ⁽²⁾	-	4.632
Tributos e contribuições retidos na fonte (PIS/COFINS/CSLL)	1.275	1.036
Total	194.678	138.559
Circulante	71.424	47.191
Não circulante	123.254	91.368

(1) Inclui: (i) R\$68.586 (R\$45.990 em 2022) referente as discussões da não incidência do ICMS sobre a subvenção econômica de baixa renda. O processo encontra-se em andamento tendo a Companhia efetuado mensalmente depósitos judiciais, reconhecidos na respectiva rubrica no ativo não circulante; e (ii) R\$53.761 (R\$42.976 em 2022) referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Os valores referentes ao ICMS incidentes sobre a TUSD são contabilizados, em contrapartida, a rubrica de consumidores e concessionárias no ativo não circulante.

(2) Parcelamento de Impostos:

A Companhia possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto à Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo de ICMS, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	ICMS
Principal	91.786
Multa	4.589
Juros	6.869
Total parcelado	103.244
Forma de adesão	Ordinário
Índice de atualização	Selic
Vigência do parcelamento	04/2013 a 05/2023

A movimentação do exercício está demonstrada abaixo:

Demonstração do resultado	2023	2022
Saldo inicial - Circulante	4.632	22.365
Atualização/juros	95	1.658
Baixas/Pagamentos	(4.727)	(19.391)
Saldo final - Circulante	-	4.632
Número de parcelas a vencer	-	5

21. Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal - STF, decidiu em repercussão geral (Tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal - STF manteve integralmente tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado nas notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69.

Em maio de 2020, agosto de 2021, fevereiro de 2022 e maio de 2023, transitaram em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região decisão favorável no processo da CFLO, EBR, ENA e ESS, empresas incorporadas em 2017. O processo da EDEVP (incorporada em 2017) no qual discutimos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS está em andamento.

A administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídico e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021-ME reconheceu em 2021, o montante de R\$411.872 (R\$364.592 em 2022), líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido, mesmo que uma de suas ações ainda não tenham transitado em julgado. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

O Presidente da República sancionou em 27 de junho de 2022 a Lei nº14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O art. 3º da referida Lei também prevê que a ANEEL deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima, a ANEEL considerará nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB.

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, iniciados a partir de maio de 2021, após a habilitação dos créditos perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB.

O resumo dos impactos são como segue:

	2023	2022
Saldos em 2022 e 2021 - passivo não circulante	364.503	388.471
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	27.940	31.589
Repasso de custos com honorários, consultoria e tributos	(1.387)	(1.634)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos Consumidores	(145.161)	(53.923)
Saldos em 2023 e 2022 - passivo não circulante	245.895	364.503
Circulante	48.573	-
Não Circulante	197.322	364.503

22. Encargos setoriais e incorporação de redes

22.1. Encargos setoriais

	2023	2022
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE ⁽¹⁾	6.730	3.324
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT ⁽²⁾	-	501
Ministério de Minas e Energia - MME ⁽²⁾	-	250
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL ⁽¹⁾	3.376	1.957
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D ⁽¹⁾	13.448	19.837
Programa de Eficiência Energética - PEE ⁽¹⁾	21.368	20.315
Total	44.922	46.184
Circulante	31.796	40.790
Não circulante	13.126	5.394

⁽¹⁾ O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa SELIC.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho nº 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para a CCEE, controladora da CDE.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa nº 10 - Outros créditos - Ordens de serviço em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis ou intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão.

Em 08 de dezembro de 2023, à Procuradoria Federal junto à ANEEL (PF/ANEEL), expôs seu entendimento no Parecer n. 00316/2023/PFANEEL/PGE/AGU, estabelecendo a prorrogação até 31 de dezembro de 2025, dos percentuais mínimos de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), tanto para P&D como para PEE na oferta e no uso final da energia. Após a divulgação da Procuradoria da ANEEL, a Companhia refez os cálculos adotando o percentual de 0,50% para ambos os programas a partir de janeiro de 2023. Diante do exposto, temos valores a complementar para PEE e valores a serem compensados para P&D.

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía saldo a receber, em decorrência do recálculo referente a alteração dos percentuais aplicados em PEE e P&D, conforme Parecer n. 00316/2023/PFANEEL/PGE/AGU.

22.2. Incorporação de redes

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, os solicitantes, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Companhia até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Sobre os saldos das incorporações de redes incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros. A partir de 01 de julho de 2022, os valores devidos, passaram a ser atualizados pelo Índice

Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021.

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

	2023	2022
Saldo inicial - circulante	169	169
Adições	131	-
Atualização monetária e juros	38	-
Baixas - pagamentos	(83)	-
Saldo final - circulante	255	169

23. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórios e ambientais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal, regulatória e ambiental.

23.1. Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhista	Cível	Regulatório	2023	2022
Saldo em - 2022 e 2021	6.456	8.158	453	15.067	23.119
Constituições de provisões	3.154	4.951	-	8.105	8.616
Reversões de provisões	(349)	(1.049)	(379)	(1.777)	(4.821)
Pagamentos realizados	(2.337)	(4.477)	(3)	(6.817)	(9.599)
Atualização monetária	729	(185)	(71)	473	(2.248)
Saldo em - 2023 e 2022	7.653	7.398	-	15.051	15.067

A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante no montante de R\$105.404 (R\$92.506 em 2022) e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

Trabalhista

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se a discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, indenização por doença ocupacional, bem como ações de ex-empregados, de prestadores de serviços contratados, reclamando horas extras, sobreaviso e verbas rescisórias/contratuais.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) interrupção por fornecimento; (ii) indenizações por danos morais/materiais e elétricos; (iii) indenizações por acidentes na rede; (iv) iluminação pública; (v) inscrição no Serasa e (vi) reclamação de consumo; (vii) suspensão por fornecimento; (viii) ligação nova e (viii) ações de regresso.

23.2. Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias e ambientais em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação com as perdas possíveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatório	Ambiental	2023	2022
Saldo em - 2022 e 2021	15.269	29.240	76.464	3.450	-	124.423	129.033
Novos processos	184	1.753	1.008	-	13	2.958	12.851
Mudanças de prognósticos e valor pedido	(3.609)	(2.442)	(17.790)	-	-	(23.841)	(17.995)
Encerramento	(712)	(2.305)	-	-	-	(3.017)	(10.205)
Atualização monetária	1.645	1.098	8.157	455	-	11.355	10.739
Saldo em - 2023 e 2022	12.777	27.344	67.839	3.905	13	111.878	124.423

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referentes às ações consideradas com risco possível:

Trabalhista

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se a discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, bem como ações de ex-empregados, de prestadores de serviços contratados, reclamando horas extras, sobreaviso e verbas rescisórias/contratuais.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) interrupção por fornecimento; (ii) indenizações por danos morais/materiais e elétricos; (iii) indenizações por acidentes na rede; (iv) iluminação pública; (v) inscrição no Serasa e (vi) reclamação de consumo; (vii) suspensão por fornecimento; (viii) ligação nova e (viii) ações de regresso.

Fiscal

As ações de natureza fiscal e tributária referem-se basicamente a discussões sobre: (i) multa ICMS relativo ao fornecimento de energia à consumidores residenciais pertencentes à Subclasse Baixa Renda, no período de fevereiro de 2008 a outubro de 2013; cobrança ICMS decorrente do recebimento de valores de subvenção econômica no período de 2002 a 2005; (ii) taxa de fiscalização, (iii) saldo negativo de IRPJ e (iv) CSLL.

Regulatório

Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, referente a susposto descumprimento de preceito regulatório.

Ambiental

Discussões sobre susposto descumprimento de preceitos ambientais.

24. Outros passivos

	2023	2022	
Folha de pagamento	280	298	MI
Participações empregados	7.728	6.878	Saldo
Outros Benefícios a empregados	1.201	122	1
Entidade seguradora	2.126	1.254	2
Retenção de caução contratual empreiteiras	431	424	3
Consumidores	9.202	7.299	4
Bônus de redução voluntária de consumo	299	313	5
Taxas - Faturamento	1.551	1.553	6
Convênios de arrecadação	247	212	7
Outras contas a pagar	846	3.420	8
Total	23.911	21.773	9
Circulante	23.064	21.074	10
Não circulante	847	699	11

25. Patrimônio líquido

25.1. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$534.717 (R\$534.717 em de 2022) está representado por 97.112 ações ordinárias (97.112 em 2022) todas nominativas sem valor nominal.

25.2. Reserva de capital

Refere-se a implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) no montante de R\$1.856 (R\$1.362 em 2022) (vide nota explicativa nº11).

25.3. Reserva de lucros - Reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social de acordo com a o artigo 193 da Lei 6.404/76.

25.4. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício (*)	138.628	130.543
Absorção de prejuízos com realização de reservas	-	(15.888)
Reserva legal (5%)	(6.931)	(5.733)
Lucro líquido ajustado	131.697	108.922
Dividendos obrigatórios (25%)	32.924	27.230
. Valores pagos em 31 de maio de 2022 - R\$603,042710685 por ação ordinária	-	58.563
. Valores pagos em 24 de agosto de 2023 - R\$442,964356001 (Valores pagos em 23 de agosto de 2022 -	43.017	5.675
. Valores pagos em 23 de novembro de 2023 - R\$245,51559457 (Valores pagos em 25 de dezembro de 2022 - R\$325,340000000) por ação ordinária ⁽¹⁾	23.843	31.594
. Dividendos adicionais propostos - correspondem a R\$667,65580453497 (R\$134,805192664 em 2022) por ação ordinária ⁽²⁾	64.837	13.090
Total dos dividendos	131.697	108.922
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

- (1) Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 10 de agosto e 09 de novembro de 2023, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de junho e 30 de setembro de 2023, respectivamente;
- (2) Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

25.5. Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício pós emprego, líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação ocorrida nos exercícios:

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021	(13.686)	(18.170)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(5.096)	7.194
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	1.733	(2.710)
Saldo em 2023 e 2022	(17.049)	(13.686)

26. Receita Operacional

	2023			2022		
	Nº de Consumidores (2)	MWh(2)	R\$	Nº de Consumidores (2)	MWh(2)	R\$
Residencial	747.933	1.598.008	1.227.405	735.030	1.523.349	1.184.392
Industrial	4.099	210.904	178.960	3.916	238.029	187.021
Comercial	65.942	609.859	514.816	63.832	633.578	519.349
Rural	43.276	275.171	191.445	43.628	310.142	196.290
Poder público	7.489	125.452	99.754	7.208	114.141	88.737
Iluminação pública	818	164.178	75.568	803	177.500	83.063
Serviço público	1.284	153.006	110.575	1.255	151.231	105.637
Consumo próprio	181	3.618	-	183	3.784	-
Subtotal	871.022	3.140.196	2.398.523	855.855	3.151.754	2.364.489
Suprimento de energia a concessionárias	-	255.968	25.478	-	568.304	55.468
Fornecimento não faturado líquido	-	31.297	33.005	-	(5.982)	(11.619)
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	421	-	420.471	333	-	339.187
Receita de construção de infraestrutura (1)	-	-	255.350	-	-	192.428
Penalidades regulatórias	-	-	(2.747)	-	-	(1.939)
Valor justo ativo financeiro indenizável de concessão	-	-	8.319	-	-	8.178
Ativos e passivos financeiros setoriais - Constituição e amortização	-	-	22.365	-	-	31.792
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	139.720	-	-	118.494
Outras receitas operacionais	-	-	63.075	-	-	62.366
Total - receita operacional bruta	871.443	3.427.461	3.363.559	856.188	3.714.076	3.158.844
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	471.526	-	-	495.448
PIS	-	-	42.476	-	-	39.709
COFINS	-	-	195.645	-	-	182.898
ISS	-	-	15	-	-	18
Deduções Bandeiras Tarifárias - CCRBT (2)	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	7.683	-	-	7.103
Encargos de consumidor - Procel	-	-	1.921	-	-	1.777
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	390.350	-	-	389.965

	2023			2022		
	Nº de Consumidores (2)	MWh(2)	R\$	Nº de Consumidores (2)	MWh(2)	R\$
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	3.841	-	-	1.844
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	3.841	-	-	3.553
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	1.921	-	-	3.486
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	2.017	-	-	1.886
Total - deduções receita operacional	-	-	1.121.236	-	-	1.127.687
Total - receita operacional líquida	871.443	3.427.461	2.242.323	856.188	3.714.076	2.031.157

(1) **Receita de construção de infraestrutura:** está representada pelo mesmo montante em custo de construção de infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

27. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza dos gastos	Custo do serviço			Despesas Operacionais	Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	2023	2022
Energia elétrica comprada para revenda	906.589	-	-	-	906.589	946.845
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	403.795	-	-	-	403.795	325.315
Pessoal e administradores	-	73.904	17	26.421	100.342	96.068
Programa de Remuneração Variável (ILP)	-	-	-	494	494	470
Benefício pós-emprego	-	2.320	-	(372)	1.948	3.531
Material	-	13.203	101	8.061	21.365	19.796
Serviços de terceiros	-	39.715	-	64.862	104.577	96.054
Depreciação e amortização	-	67.450	-	8.080	75.530	70.323
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-	6.434	-	-	6.434	5.544
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	-	-	-	6.328	6.328	6.509
Custo de construção	-	-	255.350	-	255.350	192.428
Outros	-	6.555	23	10.996	17.574	12.346
	1.310.384	209.581	255.491	124.870	1.900.326	1.775.229

Energia Elétrica comprada para revenda

	MWH (2)		Valores em R\$ mil	
	2023	2022	2023	2022
Energia de Itaipú - Binacional	723.770	735.321	157.116	217.163
Energia de Leilão	1.515.495	1.540.642	323.879	303.740
Energia Bilateral	575.820	586.200	201.116	196.563
Cotas de Angra Resolução Normativa nº530/2012	139.461	137.327	47.727	47.123
Energia de curto prazo - CCEE (1)	1.988	-	16.765	36.139
Cotas Garantia Física Resolução Homologatória nº 1410/2013	789.727	992.227	127.061	133.378
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	73.687	78.560	51.786	61.453
Energia de reserva - ERR	-	-	74.902	50.059
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(93.763)	(98.773)
Total	3.819.948	4.070.277	906.589	946.845

(1) Inclui nesta linha demais custos na CCEE tais como, efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear, exposição de cota Itaipu e Encargos de Serviços do Sistema - ESS.

(2) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

28. Outros Resultados

	2023	2022
Outras receitas		
Ganho na desativação/alienação de bens/direitos	-	2.142
Outras	-	567
	-	2.709
Outras despesas		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(7.662)	-
Outras	(10.333)	(6.155)
	(17.995)	(6.155)
Total	(17.995)	(3.446)

29. Receitas e despesas financeiras

	2023	2022
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	25.309	27.092
Juros ativos	-	2.129
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	24.698	26.385
Juros de energia vendida - CCEE	1.994	245
Atualização financeira - ativos financeiros setoriais	6.102	19.269
Juros Selic s/impostos a recuperar	6.260	7.471
Atualização monetária de depósitos judiciais	7.639	4.719
Recuperação de crédito CDE/CCEE	-	23
(-) Tributos sobre receitas financeiras - PIS/COFINS	(4.970)	(6.002)
Atualização sobre os Efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	29.825	33.390
Outras	5.047	8.350
Total receitas financeiras	101.904	123.071
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas - juros	(117.239)	(77.884)
(-) Transferência para ordens em curso	3.588	2.859
Encargos de dívidas, juros - Variação Cambial	(6.298)	36.798
Marcação a mercado da dívida	(17.987)	13.599
Juros e Multas	(6.095)	(1.795)
Ajuste a valor presente	1.150	448
Instrumentos financeiros derivativos	(42.191)	(106.310)
Despesas Bancárias/IOF	(2.914)	(2.585)
Atualização saldo a aplicar de P&D e PEE	(1.000)	(1.163)
Marcação a mercado derivativos	22.665	(13.371)
Atualização financeira - passivos financeiros setoriais	(881)	(706)
Atualização monetária de provisão para riscos	(473)	2.248
Juros e atualização monetária de incorporação de redes	(38)	1.814
Variações Monetárias	-	(7.791)
Atualização sobre os Efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	(27.940)	(31.589)
Despesa Financeira plano de saúde - Atuário	(3.303)	(3.291)
Outras	(17.772)	798
Total despesas financeiras	(216.728)	(187.921)
Despesas financeiras líquidas	(114.824)	(64.850)

30. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias em circulação.

	2023	2022
Numerador		
Lucro líquido do período	138.628	130.543
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	97	97
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária em Reais - R\$⁽¹⁾	1.429,15	1.345,80

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

31. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não examinado pelos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2023	2022
Seguro de proteção de dados e responsabilidade cibernética	25/08/2024	30.000	111	116
Riscos Operacionais	22/06/2025	90.000	1.508	750
Responsabilidade Civil Geral	23/06/2025	90.000	494	351
Frota - Danos Materiais, Corporais e Morais a Terceiros	23/10/2024	Até R\$1.110 /veículo	84	72
Vida em Grupo Acidentes Pessoais	31/01/2026	69.229	195	177
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/08/2025	100.000	40	30
Transporte Nacional	04/04/2024	Até R\$5.000/viagem	10	8
Responsabilidade do Explorador ou Transporte - R.E.T.A (Drones)	12/01/2025	1.061/drone	1	3
			2.443	1.507

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do período foram de R\$8.319 (R\$8.178 em 2022), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		69.656	69.656	49.865	49.865
Consumidores e concessionárias		426.267	426.267	364.032	364.032
Títulos de crédito a receber		2.394	2.394	2.349	2.349
Ativos financeiros setoriais		43.131	43.131	102.482	102.482
		541.448	541.448	518.728	518.728
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	174.377	174.377	205.146	205.146
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	217.816	217.816	165.812	165.812
Instrumentos financeiros derivativos	2	61.608	61.608	69.448	69.448
		453.801	453.801	440.406	440.406

PASSIVO	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:					
Fornecedores		271.873	271.873	245.083	245.083
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		1.337.536	1.339.766	1.253.315	1.256.200
Arrendamentos operacionais		635	635	946	946
Passivos financeiros setoriais		90.750	90.750	23.528	23.528
		1.700.794	1.703.024	1.522.872	1.525.757
Valor justo por meio do resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos	2	36.380	36.380	39.310	39.310
		36.380	36.380	39.310	39.310

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo *swap* (instrumento de *hedge*) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como *hedge accounting*. Em 31 de dezembro de 2023 essas operações, assim como as dívidas (objeto do *hedge*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de *hedge* de valor justo. Em tais designações de *hedge* a Companhia documentou: (i) a relação de *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do *hedge*.

Os contratos de *swap* são designados e efetivos como *hedge* de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o *hedge* foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como *hedge* foi impactado em R\$15.804 devedor (R\$6.533 em 2022) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas para as quais possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo *Fair Value Option* tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2023, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício findo, o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* foi impactado em R\$2.183 devedor (R\$7.066 em 2022) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data das informações financeiras intermediárias, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	2023	2022
Dívida ⁽¹⁾	1.337.536	1.253.315
Caixa e equivalentes de caixa	(69.656)	(49.865)
Dívida líquida	1.267.880	1.203.450
Patrimônio líquido	597.024	541.216
Índice de endividamento líquido	2,12	2,22

(1) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e 19.

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, se antecipando para futuras necessidades de caixa.

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possa ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		264.641	-	-	-	7.232	271.873
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	13,00%	113.423	333.380	718.808	169.917	336.079	1.671.607
Instrumentos Financeiros Derivativos		(12.119)	14.334	(5.277)	1.605	(23.771)	(25.228)
Total		365.945	347.714	713.531	171.522	319.540	1.918.252

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras intermediárias, são como segue:

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	69.656	49.865
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	174.377	205.146
Consumidores e concessionárias	6	426.267	364.032
Ativos financeiros setoriais	9	43.131	102.482
Títulos de créditos a receber	-	2.394	2.349
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	217.816	165.812
Instrumentos financeiros derivativos	32	61.608	69.448

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

O montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2023, excluídos os efeitos dos custos com captação é de R\$1.345.324 (R\$1.260.919 em 2022), cerca de R\$174.935 (R\$335.560 em 2022) estão representados em moedas estrangeiras conforme nota explicativa nº18.

Para os contratos suscetíveis às variações do dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou o período findo em 31 de dezembro de 2023 com queda de 7,21% sobre 31 de dezembro de 2022, cotado a R\$4,8413 / USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2023 era de 9,87%, enquanto 2022 foi de 16,00%.

O balanço patrimonial da controladora e o consolidado apresentam os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e às taxas de juros, que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	2023	2022
Ativo circulante	32.005	25.517
Ativo não circulante	29.603	43.931
Total do ativo	61.608	69.448
Passivo circulante	34.220	34.529
Passivo não circulante	2.160	4.781
Total do passivo	36.380	39.310

Os saldos apresentados acima, não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de *hedge*.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional	Custo financeiros (% a.a.)		Vencimento	Designação
	(moeda estrangeira)	Ponta ativa	Ponta passiva		
Resolução 4131 - Scotiabank	24.635	USD + 2,33%	CDI + 1,60%	17/12/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 6,1785%	CDI + 1,40%	21/10/2025	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de *swap* de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “*Notional*” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de *swap* de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA	22.121	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA	16.511	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan	1.599	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan	2.977	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú	46.667	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
J.P. Morgan	55.648	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	Não Designada
Bank of America	7.339	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	Não Designada
BR Partners	81.000	IPCA + 6,0996%	CDI + 0,814%	15/01/2032	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores foram contabilizados como *fair value option*:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Dívida designada para <i>Fair value Option</i>	204.452	327.424	Moeda Estrangeira - USD	(174.899)	(335.536)
Swap Cambial (Derivativo)	204.452	327.424	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD	174.899	335.536
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(206.542)	(333.447)
			Posição Líquida Swap	(31.643)	2.089
			Posição Líquida Dívida + Swap	(206.542)	(333.447)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo *Fair Value Hedge*, conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Dívida (Objeto de <i>Hedge</i>) ⁽¹⁾	233.861	257.195	Taxa Pré-Fixada	(225.927)	(230.370)
Swap de Juros (Instrumento de <i>Hedge</i>) ⁽¹⁾	233.861	257.195	Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	301.720	298.180
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(244.849)	(270.131)
			Posição Líquida Swap	56.871	28.049
			Posição Líquida Dívida + Swap	(169.056)	(202.321)

⁽¹⁾ Os empréstimos designados formalmente como *Fair Value Hedge* são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo, conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MTM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MTM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de moedas estrangeiras também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2023, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(204.452)		(201.734)	(244.779)	(287.824)
Variação Dívida	-		2.718	(40.327)	(83.372)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos	174.899	Alta Câmbio	172.181	215.226	258.271
Variação	-		(2.718)	40.327	83.372
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(206.542)		(206.542)	(206.542)	(206.542)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	(31.643)		(34.361)	8.684	51.729
Total Líquido	(236.095)		(236.095)	(236.095)	(236.095)

⁽¹⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e câmbio dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento delas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2023, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente seria de R\$236.095 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2023, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(233.861)		(233.861)	(233.861)	(233.861)
Variação Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros					
Posição Ativa		Alta CDI			

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	301.720		301.720	301.720	301.720
Variação - Taxa de Juros	-		-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(244.849)		(244.849)	(257.136)	(269.283)
Variação - CDI + TJLP	-		-	(12.287)	(24.434)
Subtotal	56.871		56.871	44.584	32.437
Total Líquido	(176.990)		(176.990)	(189.277)	(201.424)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2023 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	174.391	Alta CDI	15.695	19.619	23.543
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(206.542)	Alta CDI	(18.589)	(23.236)	(27.884)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(679.463)	Alta CDI	(61.152)	(76.440)	(91.728)
	(476.185)	Alta IPCA	(22.000)	(27.500)	(33.000)
	(14.741)	Alta INPC	(547)	(684)	(821)
Subtotal ⁽²⁾	(1.376.931)		(102.288)	(127.860)	(153.433)
Total (Perdas)	(1.202.540)		(86.593)	(108.241)	(129.890)

⁽¹⁾ Considera o CDI de 31 de dezembro de 2024 (9,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2023, IPCA 4,62% ao ano, INPC 3,71% ao ano.

⁽²⁾ Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$31.607.

33. Benefícios pós-emprego

33.1. Composição dos passivos de benefício pós-emprego relacionados aos planos de aposentadoria e pensão e plano de saúde:

	Plano de Saúde	Contrato de dívida		Total Plano de Previdência	Total	
		Plano Elétrica BD	Plano CD		2023	2022
Total	35.342	2.750	11.991	14.741	50.083	44.334
Circulante	4.115	181	1.590	1.771	5.886	5.044
Não circulante	31.227	2.569	10.401	12.970	44.197	39.290
Benefícios pós-emprego					4.115	28.548
Empréstimos, financiamento e encargos de dívidas					45.968	15.786

33.2. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a plano de contribuição variável e plano de contribuição definida.

Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas

necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Já os planos na modalidade contribuição definida não estão sujeitos à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação no âmbito do CPC 33(R1).

A administração desses planos é realizada por meio da Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia no exercício de 2023 são:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Elétricas BD	BD	Fechado	01/08/1986	Assegura benefícios suplementares: <ul style="list-style-type: none"> . Aposentadoria por tempo de serviço/idade; . Aposentadoria por invalidez, auxílio-doença; . Aposentadoria especial; . Abono anual; . Pensão por morte e pecúlio por morte.
Plano Elétricas OP	CV	Fechado	01/01/1999	<ul style="list-style-type: none"> • Renda Mensal, com reversão aos beneficiários; • Pecúlio por Invalidez ou Morte.
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	<ul style="list-style-type: none"> • Aposentadoria; • Benefício por invalidez; • Pensão por morte.

Os planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

No exercício, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$2.642 (R\$2.629 em 2022), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do exercício.

Em 2023 foi reconhecido um crédito na despesa de pessoal em contrapartida um ativo a receber do Fundo Patronal do plano de previdência, no montante de R\$22, valor originado da parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo e que possuía alguma restrição desse resgate das contribuições patronais.

Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano está apresentado a seguir:

	2023	2022
Ativos	924	884
Autopatrocinados	2	3
Benefício Proporcional Diferido - BPD	13	12
Assistidos	233	222
Total	1.172	1.121

Migração entre planos

Em 2022, 2021 e 2020 foram realizados movimentos de migração de participantes dos planos patrocinados pela Companhia para o Plano Energisa CD. Esse processo foi autorizado pelo regulador PREVIC, através da Portaria 467, de 02 de julho de 2020. A migração ocorreu em quatro tranches, dezembro de 2020, julho de 2021, novembro de 2021 e julho de 2022. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano:

Plano	ACUMULADO	
	ATIVO	ASSISTIDO
Elétricas BD	100%	55%
Elétricas OP	0%	79%
Elétricas OP + R	96%	0%
Plano R	0%	50%

Retirada de patrocínio

Em 31 de janeiro de 2023 a Companhia solicitou à EnergisaPrev a retirada de patrocínio dos planos de benefício, Elétricas BD, Elétrica OP, Plano R, em face ao reduzido número de participantes remanescentes nesses planos, após os movimentos de migrações concluídos em 2022, tornando-os inviáveis em termos de custeio administrativo.

Em 18 de janeiro de 2024 a PREVIC-Superintendência Nacional de Previdência Complementar comunicou a EnergisaPrev quanto ao arquivamento da solicitação de retirada de patrocínio, baseada na publicação e entrada em vigor da nova resolução que dispõe sobre a retirada de patrocínio “Resolução CNPC/MPS nº 59, de 13 de dezembro de 2023”, e orientou a entidade aguardar a edição do normativo que regulamentará a referida resolução para a proposição de novo pedido de retirada de patrocínio.

33.2.1 Situação financeira dos planos de benefícios definido- avaliação atuarial

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2023, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

a. Número de participantes/beneficiários:

	2023			2022		
	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCOS	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCOS
Número ativos			15	-	-	21
Número aposentados	49	13	3	70	13	2
Número beneficiários pensionistas	40	2	5	52	3	5
Total	89	15	23	122	16	28

(*) No plano Elétricas OP, os participantes ativos e determinados assistidos não foram avaliados, tendo em vista características do plano de capitalização financeira.

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

	2023			2022		
	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO
I - Premissas Biométricas ⁽¹⁾						
Tábua de Mortalidade ⁽²⁾	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (Frac)	N/A	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	N/A	LIGHT (Frac)
Tábua de Inválidos ⁽³⁾	MI-85 por sexo	N/A	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	N/A	MI-85 por sexo
Composição Familiar (Ativos)	N/A	N/A	Família Média Padrão	Família Média Padrão	N/A	Família Média Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real
II - Variáveis Econômicas						
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	5,75%	5,75%	5,75%	6,17%	6,12%	6,17%
Expectativa de Inflação Futura	4,00%	4,00%	4,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	9,98%	9,98%	9,98%	11,48%	11,43%	11,48%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Taxa de Crescimento Real de Salários	2,19%	N/A	2,19%	8,02%	N/A	8,02%
Taxa de Rotatividade	0%	N/A	0%	0%	0%	0%
III - Regime Financeiro de Capitalização						
	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(1) Relatório de Estudo de Aderência Biométrico.

(2) Tábuas específicas por sexo.

(3) Relatório de Boletim FOCUS.

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1).

O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários.

As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

c. Conciliação da posição dos fundos de benefícios definido:

A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo	2023				2022			
	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	TOTAL	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	TOTAL
Valor justo dos ativos em 2022 e 2021	19.506	8.740	2.774	31.020	36.901	22.890	2.752	62.543
Ganhos/(Perdas) dos ativos	215	(8.272)	(270)	(8.327)	491	(3.580)	1.164	(1.925)
Retorno esperado dos ativos do plano	2.185	983	311	3.479	3.547	2.210	265	6.022
Contribuições do empregador	729	71	536	1.336	62	-	81	143
Contribuições dos participantes do plano	220	18	-	238	178	-	2	180
Benefícios pagos	(1.983)	(126)	(322)	(2.431)	(2.513)	(1.300)	(281)	(4.094)
Custo do serviço passado (encurtamento/curtailment)	-	-	-	-	(19.160)	(11.480)	(1.209)	(31.849)
Valor justo dos ativos em 2023 e 2022	20.872	1.414	3.029	25.315	19.506	8.740	2.774	31.020

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	2023				2022			
	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	TOTAL	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	TOTAL
Valor presente das obrigações em 2022 e 2021	19.755	8.294	3.589	31.638	41.341	24.102	3.813	69.256
Custo do serviço corrente	-	-	2	2	-	-	7	7
Custo dos juros	2.213	930	407	3.550	3.993	2.331	371	6.695
Contribuições de participantes	220	18	-	238	178	-	2	180
(Ganhos)/Perdas atuariais	(78)	(7.702)	207	(7.573)	(1.824)	(2.638)	1.049	(3.413)
Benefícios pagos	(1.983)	(126)	(322)	(2.431)	(2.513)	(1.300)	(281)	(4.094)
Custo do serviço passado (encurtamento/curtailment)	-	-	-	-	(21.420)	(14.201)	(1.372)	(36.993)
Valor presente das obrigações em 2023 e 2022	20.127	1.414	3.883	25.424	19.755	8.294	3.589	31.638

Posição Líquida dos planos	2023				2022			
	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	TOTAL	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	TOTAL
Valor justo dos ativos	20.872	1.414	3.029	25.315	19.506	8.740	2.774	31.020
Valor presente das obrigações	(20.127)	(1.414)	(3.882)	(25.424)	(19.755)	(8.294)	(3.589)	(31.638)
Posição Líquida	745	-	(854)	(109)	(249)	446	(815)	(618)

Posição Líquida dos planos	2023				2022			
	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	TOTAL	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	TOTAL
Limite do Ativo	(745)	-	-	(745)	-	(446)	-	(446)
Déficit/Superávit passível de reconhecimento	-	-	(854)	(854)	(249)	-	(815)	(1.064)

Valor líquido reconhecido no balanço:

Movimentação dos Saldos	2023	2022
Posição líquida em 2022 e 2021	1.064	6.713
Efeito em ORA	1.052	(1.042)
Contribuição do empregador	(1.388)	(143)
Impacto decorrente de redução do plano (encurtamento/curtailment)	-	295
Transferência da dívida do plano	-	(5.440)
Efeito no resultado do exercício	126	681
Posição líquida em 2023 e 2022 ⁽¹⁾	854	1.064

⁽¹⁾ O saldo dos contratos de dívidas firmados para cobertura dos déficits contratados dos planos, apresentados na nota explicativa nº18, é superior ao valor líquido do passivo de benefício definido - déficit, portanto, em 2023 e 2022 não há saldo na rubrica de benefício pós emprego para previdência.

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2024 segundo os critérios do CPC 33 (R1):

	2024
Custo do Serviço Corrente	1
Custo dos juros	591
Retorno dos Ativos do Plano	(492)
Total da despesa bruta a ser reconhecida	100

Alocação percentual do Valor Justo dos Ativos dos Planos

Elétricas	2023			2022		
	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO
Investimentos						
Títulos Públicos	65,10%	54,90%	65,91%	63,55%	52,92%	67,48%
Créditos Privado e Depósitos	1,55%	1,78%	1,08%	3,36%	3,82%	2,47%
Fundos de investimentos	33,32%	42,29%	32,29%	32,95%	41,09%	28,72%
Operações com participantes	0,04%	1,03%	0,72%	0,14%	2,17%	1,33%
Total dos Investimentos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

d. Análise de sensibilidade

A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

Plano Beneficiário	2023			2022		
	Valor presente das obrigações Atuariais Real	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,5%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,5%	Valor presente das obrigações Atuariais Real	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%
ELÉTRICAS BD	20.127	20.532	19.733	41.341	41.759	40.929
ELÉTRICAS OP	1.414	1.462	4.014	24.102	24.511	23.704
RISCO	3.882	4.014	3.758	3.813	3.894	3.750

33.3. Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

- **Pós pagamento:** As contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.
- **Pré pagamento:** As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as despesas com o plano de saúde foram de R\$12.211 (R\$8.898 em 2022). Inclui R\$590 (R\$69 em 2022) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	2023	2022
Valor presente das obrigações no início do exercício	28.548	32.747
Custo do serviço corrente	590	69
Custo dos juros	3.302	3.291
Perdas (ganhos) atuarial - ORA	2.902	(7.559)
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	35.342	28.548
Circulante	4.115	3.893
Não Circulante	31.227	24.655

Demonstração das despesas para os exercícios de 2024, segundo critérios do CPC33 (IAS 19):

	2023
Custo do serviço corrente	588
Custo dos juros	3.527
Total das despesas a ser reconhecida	4.115

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2023		2022	
	BRDESCO	UNIMED NACIONAL	SULAMERICA	UNIMED NACIONAL
VARIÁVEIS ECONÔMICAS				
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	5,75%	5,75%	6,26%	6,26%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,00%	4,00%	5,00%	5,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	9,98%	9,98%	11,57%	11,57%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%	4,00%	5,00%	5,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	5,00%	5,00%	4,00%	4,00%

	2023		2022	
	BRDESCO	UNIMED NACIONAL	SULAMERICA	UNIMED NACIONAL
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%
Taxa de Rotatividade	11,50%	10,00%	10,00%	10,00%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS				
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

34. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia ⁽¹⁾					
Vigência	2024	2025	2026	2027	Após 2027
2023 a 2053	838.696	785.567	766.816	749.220	8.155.860

⁽¹⁾ Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente do período findo em 31 de dezembro de 2023, estes foram homologados pela ANEEL.

35. Meio ambiente ^(*)

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

- Cruzetas:** a Companhia vem substituindo as cruzetas de madeira e concreto por cruzetas poliméricas (ecológicas), feitas de polietileno e fibra natural, ecologicamente corretas e mais duráveis. Em 2023, foram utilizadas 13.607 (10.865 em 2022) cruzetas ecológicas, o que representou em manutenção preventiva e corretiva 1.557 peças no montante de R\$ 297.848,99 (R\$ 1.102 em 2022) e em expansão de rede o valor de R\$ 2.312.041,42 (R\$ 710 em 2022) para 12.050 peças.
- Redes isoladas/protegidas:** são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Nas redes de média tensão próximas a arborização são usados cabos protegidos (rede compacta). Em 2023, foram acrescentados 1.568,14 km de rede com cabo multiplexado e/ou rede compacta, correspondendo a 19,26% de redes protegidas e isoladas. Até o mês de dezembro de 2023 o total investido em redes isoladas/compactas foi de R\$ 4.603 (R\$ 8.435 em 2022).
- A Companhia realiza ações relacionadas ao **Gerenciamento de Resíduos**, em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) - Lei Federal nº 12.305/2010. Dentre estas ações, destacam-se a coleta seletiva, o recolhimento, descarte e destinação correta dos papeis e papelões, pilhas e baterias, resíduos eletrônicos, resíduos perigosos, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), toners e lâmpadas. Em 2023 os papéis e papelões foram destinados à reciclagem, com peso aproximado de 49.914 kg (65.900 kg em 2022). Quanto aos resíduos perigosos e EPI's o descarte foi realizado por empresa especializada e devidamente licenciada. Em 2023 foram coletados 2,24 ton de resíduos perigosos, sendo 0,03 ton de pilhas e baterias (0,018 ton em 2022)

e 91 lâmpadas (229 em 2022). O custo para o descarte foi em torno de R\$ 60 (R\$ 37 em 2022). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos “Recicláveis” e “Não Recicláveis”. Em 2023 o custo com a compra de lixeiras foi de R\$ 8,6.

4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao poder público municipal para obtenção das Autorizações de Poda de Árvores em Áreas Urbanas. Durante o ano de 2023, foram realizados **Treinamentos para Intervenção em Vegetação e Cuidados com a Fauna**, incluindo também **Orientação para Uso dos Kits de Mitigação**, com as equipes próprias e terceirizadas que executam tais atividades. Tanto os treinamentos quanto as reciclagens são realizados quinzenalmente, no formato online, por profissional devidamente habilitado. Em 2023 o valor gasto com a consultoria foi de R\$ 5 (R\$ 7,5 em 2022).
5. A Companhia mantém convênio com empresa especializada em **Monitoramento Climático** responsável pela informação quanto às descargas atmosféricas, intensidade e velocidade das chuvas, como também pelo mapeamento instantâneo das ocorrências meteorológicas em toda a área de concessão. O intuito do programa é viabilizar a adoção de medidas preventivas necessárias para a continuidade do fornecimento de energia. Em 2023 o custo para manutenção do projeto foi de R\$ 39 (R\$ 11 em 2022).
6. Para **Compensação Ambiental** das intervenções em vegetação nativa isolada e em Área de Preservação Permanente (APP), previamente autorizadas, relacionadas à construção de novos empreendimentos de distribuição, conforme previsto em lei, foram implantados projetos para plantios de mudas de árvores nativas em áreas dos estados de São Paulo, doação de mudas aos municípios e realizada compensação de natureza pecuniária. Durante o ano de 2023 foram doadas 1.250 mudas de espécies nativas (15 em 2022) e executado o plantio de 6.545 mudas de espécies nativas em uma área de 3,92 ha. Foi investido um valor total de R\$ 157 (R\$ 89 em 2022) em Projetos de Compensação Ambiental, Ecológica e de natureza pecuniária.
7. Para manter suas redes e linhas de distribuição afastadas da vegetação e com segurança para a fauna, a Companhia mantém um amplo **Programa de Poda e Limpeza de Faixas**. Os serviços em áreas urbanas são realizados pelas equipes próprias, dentre as diversas atividades de manutenção que estas equipes realizam. Neste caso são utilizados trituradores para reduzir o impacto dos resíduos da poda, possibilitando a utilização dos resíduos em Projetos Sociais e Acadêmicos. Para a realização desta manutenção na área rural, são contratadas empresas especializadas. Em 2023 a Companhia desembolsou aproximadamente R\$ 9.427 (R\$ 7.513 em 2022) para a realização destes serviços essenciais para a operação confiável e segura do sistema elétrico de distribuição, sempre com respeito ao meio ambiente e com compromisso com a sustentabilidade.
8. A Companhia mantém um amplo programa de acompanhamento e descontaminação de suas instalações incluindo PCBs (bifenilas policloradas) eventualmente existentes em transformadores bem como quando da ocorrência de eventuais vazamentos de óleo mineral isolante ao solo. Em 2023 foi desembolsado um valor equivalente a R\$ 907 (R\$ 555 em 2022).
9. Em 2019 a Companhia iniciou a implantação do **Sistema de Gestão Integrado (SGI)**, integrando a Qualidade, Saúde e Segurança do Trabalho e o Meio Ambiente, conforme diretrizes das normas ISO 9001, 45001 e 14001, respectivamente. Em dezembro de 2019 foi realizada a auditoria interna. Em fevereiro de 2020, a Companhia passou por auditoria externa conduzida pela Fundação Vanzolini, com o objetivo de pleitear a certificação das Normas ISO 14001 e 45001. O escopo da certificação definido de forma estratégica pela alta direção foi: “Manutenção de Redes e Linhas na Distribuição de Energia Elétrica”. A Companhia foi certificada no ano de 2020 e em março de 2021 foi realizada a primeira auditoria externa de manutenção, para avaliação da continuidade e eficácia do Sistema de Gestão Ambiental e Saúde e Segurança do Trabalho, onde ambos são integrados ao Sistema de Gestão da Qualidade, compondo o SGI da Energisa Sul-Sudeste, sendo mantido o Certificado da ESS. O valor investido em 2023 foi de R\$ 86 (R\$ 80 em 2022).
10. Na contratação de serviços e fornecedores são avaliados aspectos relacionados à conduta ambiental e social. São contratados somente serviços e empresas que atuem em conformidade com o Código de Conduta das empresas do Grupo Energisa. Os parceiros e clientes são informados sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente visando sempre preservar a vida. Todos os terceirizados passam por reuniões de “**Integração**” com a área de meio ambiente e com o SESMT da Energisa Sul-Sudeste. Em 2023 foram integrados 681 colaboradores terceirizados (254 em 2022)
11. Em relação às **Medidas Preventivas de Controle da Emissão de Ruído** nas Subestações de energia, a ESS tem contrato com uma empresa que realiza as medições de ruído na fonte e no entorno desses empreendimentos,

garantindo assim a qualidade de vida dos moradores do entorno das SE's em consonância com os requisitos legais aplicáveis. Para as novas SE's, são realizadas medições antes da implantação e após a energização dos transformadores. Para as SE's em operação, são realizadas medições sempre que há substituição ou instalação de transformadores. Em 2023 foram gastos R\$ 137 (R\$ 152 em 2022) no monitoramento de ruído ambiental.

12. Como **Medida Preventiva e de Controle da Contaminação do Solo e da Água**, as novas Subestações de Energia (SE's) são construídas com bacias de contenção nos transformadores de energia e reguladores de tensão. Nas Subestações em operação, essa medida preventiva e de controle é adotada sempre que ocorre a implantação de um destes equipamentos. Em 2023 foram investidos R\$ 603 (R\$ 603 em 2022) com obras desta natureza em 5 Subestações (4 em 2022) localizadas na área de concessão da ESS. Também foram adquiridos kits de mitigação para áreas específicas como Almoarifados, Leitura, SE's, polos e viaturas, para serem utilizados sempre que necessário. Em 2023 foram gastos R\$ 4 (R\$ 15 em 2022).
13. As ações de **Educação Ambiental** são realizadas com colaboradores próprios e terceiros. Além da Integração de Meio Ambiente, onde recebem informações e orientações relacionadas ao compromisso com a sustentabilidade e com a preservação do meio ambiente, semanalmente o BIA - Boletim Informativo Ambiental é elaborado e divulgado para todos os colaboradores próprios através de reuniões de DSS, grupos de WhatsApp, Yammer e grupos de e-mail. O mesmo conteúdo também é enviado a todos os contratados para que divulguem internamente, no intuito de sensibilizar a cadeia de valor. Em 2023 houve registro de conhecimento do material divulgado por 353 colaboradores próprios e 237 terceirizados.
14. As **Inspeções Ambientais** são realizadas frequentemente em toda a empresa. Para garantir a continuidade desta ação, a área de meio ambiente formou um time de Agentes Ambientais, distribuídos por todas as regionais, que realizam inspeções em sua área de atuação registrando as irregularidades encontradas em planilha no FORMS. Tais irregularidades são encaminhadas aos respectivos gestores para regularização com prazo para envio das evidências. As inspeções com terceirizados com contrato de C&M (Construção e Manutenção) e STC (**Serviço Técnico Comercial**) são realizadas em conformidade com as diretrizes do PEP (**Programa Empreiteiro Padrão**). Trata-se de um programa de melhoria contínua com objetivo de evoluir a qualidade do canteiro de cada empreiteiro. Em 2023 foram realizadas 29 inspeções de avaliação do PEP, distribuídas em 14 canteiros. (12 Canteiros em 2022).
15. Para obtenção de **licenças e autorizações** ambientais para suas atividades, a Companhia contrata consultoria para elaboração de estudos, laudos e relatórios, conforme legislação aplicável. Para todos os equipamentos utilizados para intervenção em vegetação obtém-se a **LPU - Licença para Porte e Uso de Motosserras / Motopodas**. No caso da ESS, os equipamentos são cadastrados e licenciados junto ao IBAMA, para uso em toda sua área de concessão, e ao IEF, para uso no estado de Minas Gerais. O valor gasto com cadastros, licenças, autorizações, estudos, laudos, relatórios e outras taxas ambientais em 2023 foi de R\$ 451 (R\$ 60 em 2022).
16. Toda intervenção em vegetação pode impactar direta ou indiretamente na fauna. Para garantir o compromisso com a preservação do meio ambiente, com **Respeito à Fauna**, a empresa mantém convênio com a APASS - Associação Protetora de Animais Silvestres, localizada em Assis / SP. A APASS é uma Associação sem fins Lucrativos, não governamental e de defesa dos Direitos Sociais, que atua na defesa do meio ambiente, em especial à fauna Silvestre, Educação Ambiental, Ação Social e Atividades de apoio técnico / científico. Em 2023 não houve desembolso financeiro para essa Associação (R\$ 48 em 2022). Ainda em respeito à fauna, para resgate e manejo de abelhas, vespas e maribondos em instalações e equipamentos, a companhia mantém contrato com profissionais treinados e devidamente habilitados. Para essa ação, em 2023 foram gastos R\$ 18 (R\$ 7 em 2022).
17. **Reuso da Água** - A Companhia investe em novas tecnologias para garantir seu compromisso com a sustentabilidade. Para otimizar e reduzir o consumo de água, instalou dispositivos para captação da água dos aparelhos de ar-condicionado que possibilitam armazenar a água resultante do processo de resfriamento do ar, que posteriormente é utilizada para manutenção e limpeza das áreas externas das unidades. Em 2023 o valor gasto com tais dispositivos foi de R\$ 7 (R\$ 9 em 2022).
18. Como medida preventiva de contaminação do ar com GEE gerados pela sua frota, durante os deslocamentos para realizar as atividades diárias, a Companhia mantém contrato com empresas terceirizadas que fazem a Manutenção Preventiva da Frota. Dentre os serviços contratados, está o Monitoramento da Fumaça Preta dos veículos movidos à diesel. Em 2023 foram inspecionados 314 veículos da frota estando todos em conformidade com os requisitos legais aplicáveis (275 em 2022).

19. Em 2023 a Companhia investiu R\$ 3,8 em **Projetos de Eficiência Energética** (R\$ 11,9 em 2022). O valor foi investido em substituição de lâmpadas incandescentes e fluorescentes por lâmpadas Led para clientes residenciais baixa renda, através do projeto Nossa Energia, que além da substituição dos equipamentos, realiza palestras educativas em escolas estaduais e municipais sobre o uso correto e seguro da energia elétrica. Em clientes do poder público e comércio e serviços, foram substituídas lâmpadas obsoletas por lâmpadas de Led e realizado instalação de sistemas fotovoltaicos, proporcionando economia para essas instituições que podem aplicar melhor esse recurso para outros fins. Para o Projeto Piloto Biomassa que será implantado em 2024, foram adquiridos o gerador e a caldeira no ano de 2022 e em 2023 foi executada a obra civil e obtenção das respectivas licenças ambientais. Este Projeto consiste na geração de energia a partir de resíduos triturados gerados a partir da execução das podas em árvores em contato com a rede de energia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os montantes investidos nos projetos acima descritos e práticas totalizaram R\$ **19.126** (R\$19.436 em 2022), sendo R\$ **734** (R\$ 358 em 2022) alocados no ativo intangível e R\$ **18.391** (R\$ 19.078 em 2022) em despesas operacionais. Com o PEE foram investidos R\$ **3,8**.

(*) Não examinada pelos auditores independentes.

36. Informações adicionais aos fluxos de caixa*

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2023	2022
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - bifurcação de Ativos	43.771	21.616
Ativo financeiro indenizável da concessão - valor justo ativo indenizável	8.319	8.178
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	30.072	13.151
Incorporação de redes	131	-
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	30.072	13.151
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	131	-

(*) Não examinada pelos auditores independentes.

37. Evento subsequente

37.1. Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 12 março de 2024, aprovou a distribuição de dividendos apurados com base no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$64.837, equivalentes a R\$667,65580453497 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 01 de abril de 2024 com base na posição acionária da Companhia em 13 de março de 2024.

Declaração dos Diretores da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Presidente Prudente, 12 de março de 2024.

José Adriano Mendes Silva
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Rodrigo Brandão Fraiha
Diretor Técnico e Comercial

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" SP

Declaração dos Diretores da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Presidente Prudente, 12 de março de 2024.

José Adriano Mendes Silva
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Rodrigo Brandão Fraiha
Diretor Técnico e Comercial

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" SP

Conselho de Administração

Ivan Müller Botelho
Presidente

Ricardo Perez Botelho
Vice-Presidente

Marcelo Silveira da Rocha
Conselheiro

Diretoria Executiva

José Adriano Mendes Silva
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Rodrigo Brandão Fraiha
Diretor Técnico e Comercial

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" SP

Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida e disponibilidade da rede elétrica

Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 26 às demonstrações financeiras, a Companhia registra mensalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e disponibilidade de sua rede elétrica através da emissão das faturas de contas de energia elétrica, conforme prevê o calendário de medição, bem como a realização das contas a receber na medida em que estas são arrecadadas.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grande volume e pulverização das transações que ocorrem mensalmente, tendo relevância significativa para as operações e dependência de processamentos sistêmicos complexos que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização das quantidades de energia faturadas deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria sobre o registro do faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida pela Companhia incluíram, entre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao processo de medição de volumes de energia e tarifas aplicadas; (b) envolvimento de auditores especialistas da área de Tecnologia da Informação - TI para a identificação dos sistemas relevantes utilizados no processamento da medição e faturamento da energia elétrica fornecida, interface de sistemas e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes do faturamento, bem como os controles internos existentes para garantir a precisão e integridade do registro do faturamento com o sistema contábil; (c) a execução de teste que compreendeu desenvolver, a partir de nosso conhecimento da indústria, uma expectativa independente do montante faturado e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (d) confrontação das tarifas utilizadas nos faturamentos com aquelas aprovadas pelo Órgão Regulador do setor; (e) confront dos montantes recebidos ao longo do exercício com o nível de perda esperada apurado pela Administração; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que os valores contabilizados referentes ao faturamento da energia elétrica e à disponibilização da rede elétrica estão consistentes com as políticas internas e diretrizes usualmente aplicadas no setor, bem como as divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios

Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 23 às demonstrações financeiras, a Companhia possui diversos processos e/ou questionamentos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle e deverão ser solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A Administração, em conjunto com seus advogados, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos e/ou questionamentos cujas perdas são consideradas prováveis.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a mensuração da provisão para riscos e a elaboração das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as provisões para riscos e divulgação dos passivos contingentes; (b) envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos principais processos e/ou questionamentos em curso; (c) verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus advogados sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (e) teste da totalização dos processos e/ou questionamentos que compõem a provisão para riscos; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos aceitáveis os valores contabilizados de provisões para riscos e a avaliação dos passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4